

Ana Alini Lins Nº USP: 9275070

ANÁLISE DE IMPACTO ECONÔMICO DA SPCINE

SÃO PAULO
2022

Ana Alini Lins

**ANÁLISE DE IMPACTO ECONÔMICO DA SPCINE - EMPRESA DE CINEMA E
AUDIOVISUAL DE SÃO PAULO**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Gestão de
Políticas Públicas, da Universidade de São
Paulo como requisito final para obtenção de
título de bacharel.

Orientadora: Prof.^a Dra. Andrea Lucchesi

**SÃO PAULO
2022**

AGRADECIMENTOS

Sou grata a Deus por me dar forças, vontade, coragem e esperança para alcançar os objetivos.

Agradeço à sociedade paulista que financia a universidade por meio dos impostos e políticas públicas. Espero sempre poder retribuir a ela com tudo que aprendi.

Às professoras e professores que me transmitiram não só conhecimentos, mas também me fizeram uma pessoa melhor e me instigaram a buscar e entender outros mundos. À minha orientadora Andrea pelo aceite em orientar esta pesquisa à distância, pela paciência e contribuições. Aos funcionários da biblioteca, do 'bandejão', das salas e laboratórios, da limpeza, do ginásio, da segurança, do serviço de graduação e de tantos outros que sempre foram prestativos no meu dia-a-dia.

À Spcine que me faz ver e entender como a política pública para o audiovisual é gerida na realidade concreta, por me ceder os dados e assim, proporcionar o acontecimento deste estudo.

Aos meus amigos que sempre compartilharam sentimentos e espaços (físicos e virtuais) durante a graduação, em especial, aos que estão finalizando a graduação neste período pandêmico, atípico. Aos amigos de antes da graduação que continuam me dando a mão, o braço, o ombro e ouvidos.

Aos meus pais e irmãos pelo grande apoio e compreensão em minhas ausências, principalmente nestes últimos anos.

Ao meu esposo Filipe, com quem compartilho a vida, felicidades, angústias e sonhos. O qual me apoiou desde o cursinho até aqui e contribuiu com ações e ideias, motivando e apoiando a findar este ciclo. Obrigada por tornar a estrada mais leve. Crescemos!

SUMÁRIO

RESUMO.....	5
1. INTRODUÇÃO	6
2. REFERENCIAL TEÓRICO	10
3. ESPECIFICIDADES DO SETOR CULTURAL E POLÍTICAS CULTURAIS	12
4. OBJETO DE ESTUDO: A SPCINE	16
5. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	20
6. DADOS E METODOLOGIA.....	23
6.1. OBTENÇÃO DOS DADOS.....	23
6.2. CATEGORIAS: EDITAIS E EVENTOS	25
6.3 METODOLOGIA DE ANÁLISE DOS DADOS	32
7. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	35
7.1 ANÁLISE CONJUNTA DE EVENTOS E EDITAIS	37
7.2 EVENTOS.....	41
7.3 EDITAIS	44
8. CONSIDERAÇÕES FINAIS	49
9. REFERÊNCIAS.....	52
10. ANEXOS	55

RESUMO

LINS, Ana Alini. **Análise de impacto econômico da Spcine - Empresa de Cinema e Audiovisual de São Paulo**. 2022. Monografia (Bacharelado em Gestão de Políticas Públicas – Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2022).

A presente monografia tem como objetivo compreender o impacto econômico da Spcine (Empresa de Cinema e Audiovisual de São Paulo) enquanto agente promotor de desenvolvimento no setor audiovisual. Para isso, a metodologia consistiu em analisar os dispêndios dos projetos de eventos e editais fomentados pela empresa por meio da análise de rubricas orçamentárias e relações de pagamentos. A atividade econômica mais utilizada, tanto em projetos de eventos quanto de editais, se direcionou a pagamentos para pessoas e serviços artístico-culturais (aproximadamente 58%) entre os anos 2016 a 2019. Os principais setores impactados pelos projetos foram, respectivamente, os setores de: serviços (administrativos, financeiros, jurídicos), equipamentos, espaços, direitos autorais e mídias digitais. Vê-se neste estudo a importância de investimentos para o setor audiovisual e sua cadeia produtiva além do papel central da Spcine impulsionando o setor, estimulando o potencial econômico e criativo e gerindo a política pública do audiovisual na cidade de São Paulo.

Palavras-chave: Spcine; Audiovisual; Impacto Econômico, Políticas Públicas Culturais; São Paulo.

1. INTRODUÇÃO

Na gestão pública, para se chegar à efetivação de uma política pública, neste processo ocorre cinco etapas observadas e definidas como principais: formação da agenda, formulação da política, tomada de decisão, implementação e avaliação (HOWLETT e RAMESH, 2013). Frente a esse panorama, as políticas públicas são realizadas a partir de sua inclusão no orçamento público via Executivo e Legislativo - pertencente à etapa de agenda -; e a análise destes recursos, orçados e realizados, é viabilizada com a geração de indicadores e estudos de impacto (JANUZZI, 2016) - pertencente à etapa de avaliação.

Nesse contexto encontra-se o orçamento destinado à Cultura¹, que apresenta grandes desafios no Brasil, tanto do ponto de vista de investimentos públicos - visto que ocupam uma fatia muito pequena do orçamento público federal e demais esferas de governo, quanto de sua análise, uma vez que, trabalham essencialmente com bens de natureza simbólica, imateriais ou não, e muitas vezes carecem de metodologias apropriadas para as singularidades desse setor - entre outras questões. Sendo assim, “[...] esses recursos [da cultura] são historicamente espaço de disputa de poder entre diferentes posições, não tendo uma destinação mínima estabelecida por lei – ao contrário de áreas como educação e saúde –, mas frequentemente alvo de pressões nacionais e internacionais, via Unesco, por exemplo, para aumento dos recursos destinados à área”. (BURGOS; MEDEIROS; SILVA, 2018, p. 378).

A tabela 1 mostra esta pequena fatia de valor que vai para o orçamento da Secretaria de Cultura na esfera municipal, o qual não alcança sequer 1% do orçamento de São Paulo ao longo dos anos de 2016 a 2019. Os valores para os anos de 2016, 2017 e 2018 foram deflacionados, tendo como base o ano de 2019. O deflator utilizado para o cálculo foi o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), tanto para esta tabela quanto às demais.

¹ “Desde o início da década de 1990, a Prefeitura de São Paulo reserva uma fatia de seu orçamento anual especificamente para o audiovisual” por meio do Programa Municipal de Fomento ao Cinema. (SPCINE, 2017, p. 35)

Tabela 1 - Orçamento Municipal de São Paulo e destinação à Cultura

Ano - LOA	Recurso destinado à SMC em R\$ de 2019	Orçamento Municipal SP	% Em relação ao orçamento total
2016	552.631.495	60.011.252.283	0,92%
2017	560.745.869	59.124.822.757	0,95%
2018	456.658.573	58.792.289.985	0,78%
2019	392.131.006	60.137.660.056	0,65%

Fonte: <https://www.saopaulo.sp.leg.br/orcamento>. Elaboração própria.

Apesar de não aspirar neste trabalho discutir o conceito de cultura e seu papel na sociedade brasileira, entende-se que sua importância pode alcançar relevâncias de natureza econômica: “Do ponto de vista econômico, cultura é compreendida como uma externalidade positiva, pois pode gerar resultados econômicos não esperados e que são interessantes para o desenvolvimento de determinado território” (EINARSSON, 2008 *apud* BURGOS; MEDEIROS; SILVA, 2018, p. 377).

Assim, pode-se citar o conceito de economia da cultura que, segundo Burgos, Medeiros e Silva (2018):

Esse termo reflete uma ou mais atividades de cunho cultural capazes de gerar lucros para o indivíduo e, de certa forma, se tornar um ativo (re)conhecido. Nesse sentido, a economia da cultura pode vir a ultrapassar as discussões de fomento vinculadas [às] [...] formas mais conservadoras de política cultural. (Idem, p. 383).

Dentre os segmentos constituintes da economia da cultura encontra-se o audiovisual, capaz de envolver diversos agentes públicos e privados. Como exemplo dos primeiros, tem-se órgãos públicos responsáveis pela regulação e fomento para esse setor, tais quais: ANCINE - Agência Nacional do Cinema², Riofilme³ e Spcine⁴, sendo as ações desta última objeto de estudo deste trabalho.

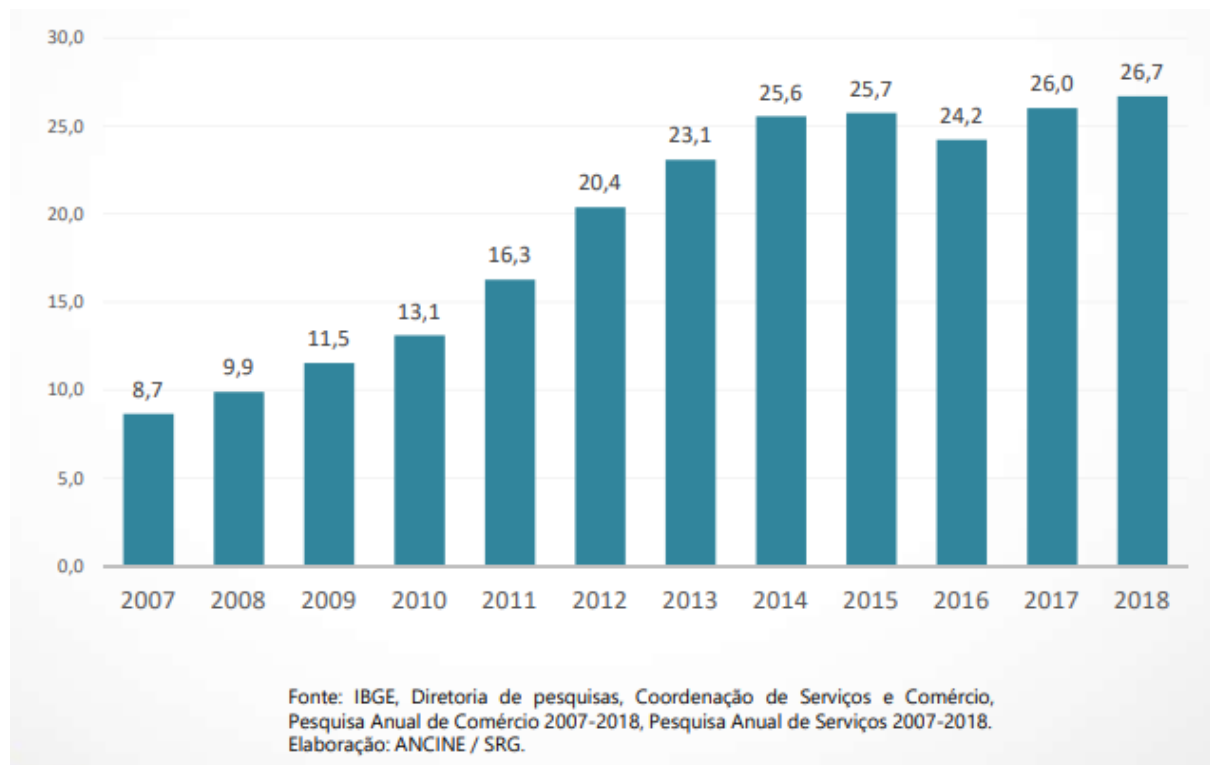
² Criada em 2001 pela MP 2.228-1, com orçamento advindo da União atua como agência reguladora e patrocinadora da produção cinematográfica nacional.

³ A Riofilme - Distribuidora de Filmes S.A. é uma distribuidora cinematográfica brasileira, criada em 1991 pela lei Nº 1.672, gerida pela Prefeitura do Rio de Janeiro.

⁴ Empresa de cinema e audiovisual de São Paulo, criada em 2015 com orçamento advindo e gerido pelo Município de São Paulo.

Segundo dados da Pesquisa Anual de Serviços de 2018 (IBGE), o setor audiovisual produziu naquele ano R\$ 26,7 bilhões como valor adicionado à economia (Figura 1), montante superior às indústrias farmacêutica, têxtil e de equipamentos eletrônicos conjuntamente (ANCINE, 2018).

FIGURA 1 - Valor adicionado pelo setor audiovisual (R\$ bilhões correntes)



A respeito dos estudos de análise de investimentos em cultura, pode-se citar o caso da secretaria de cultura do Estado de São Paulo, que em 2018 solicitou uma análise de impacto econômico para a Fundação Getúlio Vargas (FGV). Segundo a instituição:

Estes estudos [de avaliação de impacto econômico e social] são de suma importância para diversos campos, no entanto, ressalta-se que ele é essencial no campo da cultura, que possui impactos econômicos e sociais difusos e concentrados. (Idem, p. 15).

Como um dos resultados do estudo, verificou-se a geração de 6 mil postos de trabalho do setor cultural nos 5 anos analisados. Para os autores, “o investimento na Cultura traz alto retorno para a sociedade. Trabalhar com base nessa diretriz, e agora

com material consistente para posição diante do setor da economia, evidencia o quanto é importante investir na cultura.” (FGV, 2018, p. 52).

Com isso, a metodologia aplicada a esse trabalho da FGV baseou-se em dados de prestação de contas dos projetos executados pelas linhas de fomento do Proac (Programa de Ação Cultural do Estado de São Paulo) fornecidos pela própria secretaria de cultura. Sendo este trabalho o que mais se assemelha ao presente estudo.

Existem trabalhos no campo científico a respeito da Spcine nos quais o enfoque tem sido o que se pode considerar como impacto “sociocultural”, enquadrando-se como estudo de caso, de natureza qualitativa (CUCI, 2020; CARVALHO, 2017; TOMBINI, 2019); assim como artigos publicados pela própria instituição (SPCINE, 2017). Apesar da relevância de tais trabalhos como inaugurais no estudo da Spcine, ainda se carece de pesquisas com enfoque propriamente no impacto econômico, visto que tal aspecto aparece com certo destaque na Lei 15.929/2013 de sua criação “[...] tendo como objeto social a promoção do desenvolvimento econômico, social, cultural, artístico, tecnológico e científico da atividade cinematográfica e audiovisual do Município de São Paulo” (SÃO PAULO, 2013, Artigo 1º).

Nesse contexto, o objetivo geral deste trabalho é compreender o impacto econômico da Spcine enquanto agente promotor de desenvolvimento no setor audiovisual através da decomposição e análise dos dispêndios de seus programas e projetos. Com isso, tem-se como objetivos específicos principais discriminar as rubricas de dispêndios das linhas de fomento da Spcine para identificar principais tendências de gastos; elaborar estatísticas, gráficos e tabelas que sirvam de auxílio para a qualificação do debate sobre orçamento público da Cultura.

Assim, o trabalho visa contribuir para o debate sobre o impacto econômico da spcine através da análise dos dados de prestação de contas fornecidos pela própria empresa, bem como oferecer elementos para avaliação do alcance dessa política frente às metas definidas pela própria instituição, configurando uma contrapartida para a empresa em que pese a utilização deste estudo para futuros ajustes em suas linhas de fomentos e patrocínios, assim como - conforme demonstrarei adiante - buscar justificar a importância de se investir em cultura.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Por considerar aspectos econômicos e culturais na análise apresentada neste trabalho, apresenta-se o termo economia da cultura, uma economia que estuda a oferta/demanda de bens e serviços culturais, aquisição de bens duráveis relacionados a cultura, gastos públicos com cultura e o perfil socioeconômico da mão de obra empregada no setor, ou seja, estuda e relaciona a cultura e os fenômenos econômicos. (Souza Leite, 2015). Ainda anterior ao termo ‘Economia da Cultura’, convém citar, em linhas gerais, definições sobre o conceito de *cultura*.

A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), que promove uma base teórica de referência para a elaboração das contas-satélites de cultura (CSC) de variados países, define a cultura como “o conjunto de distintos traços, espirituais, materiais, intelectuais e emocionais característicos de uma sociedade ou grupo social e que abrange, além de arte e literatura, estilos de vida, formas de convivência, sistemas de valores, tradições e crenças”. (UNESCO, 2001 apud BRASIL, 2016, p. 22). Apesar de não ser possível medir crenças e valores de forma objetiva, é possível medir as práticas e comportamentos associados. Assim, o Framework for Cultural Statistics da UNESCO define cultura através da “identificação e mensuração de comportamentos e práticas resultantes das crenças e valores de uma sociedade ou um grupo social”. (UNESCO, 2009, apud BRASIL, 2016).

Mais recentemente, a UNESCO apresenta uma definição mais sumária: “conjunto de atividades humanas e produtos cuja razão de ser consiste em gerar um processamento simbólico” (2011, apud TRAVERSO, 2017, p. 122), a qual aproxima-se da definição formulada pelo Convênio Andrés Bello (CAB) de “campo cultural – objeto de estudo da Conta-Satélite de Cultura (CSC) – como ‘o conjunto de atividades humanas e produtos cuja razão de ser é criar, expressar, interpretar, conservar e transmitir conteúdos simbólicos’” (CAB, 2009, p. 33 apud REY, 2017, p. 194).

Avançando para o termo Economia da Cultura, para Valiati (2017), pode-se pensar em duas faces: a primeira que se dedica aos impactos econômicos do setor cultural como um todo e, a segunda a que lida com aspectos substantivos dos bens e serviços dos mercados culturais. Estes aspectos não estão ligados apenas a valores

econômicos em stricto sensu, mas também à disseminação da diversidade cultural, de identidades e do bem estar social. (2017)⁵

Ainda segundo Valiati (2017) “em linhas gerais, falar da abordagem econômica dos bens culturais é recente no que toca aos estudos acadêmicos formalizados.” E “em toda medição está presente um discurso sobre uma realidade [...] predefinições que acabam por definir o campo estudado e suas interações” (p 19). Assim, não esgotando o arcabouço teórico-metodológico utilizado pela economia da cultura, abordo aqui alguns pressupostos atribuídos às abordagens possíveis da relação economia-cultura.

Entre eles o setor da cultura, diante dos dados, vem a ser um relevante propulsor para os objetivos econômicos:

O crescente reconhecimento da contribuição da cultura para o desenvolvimento também esteve vinculado à criação de ferramentas como as Contas-Satélites de Cultura (CSC), que, no contexto dos Sistemas de Contas Nacionais, geram análises macroeconômicas da atividade cultural em seu conjunto (PIB) e fazem o levantamento da renda gerada pela atividade produtiva, do gasto (intermediário e final), das importações e exportações e da poupança. As especificações para a realização dessas análises são explicitadas no documento do Sistema de Contas Nacionais de 1993 (Nações Unidas, SCN93) e em sua atualização de 2008. Essas publicações propõem uma organização contábil baseada em princípios de integração (conceitos, definições e classificações uniformes), de exaustividade (detalhe e pormenorização da dinâmica econômica) e de consistência (embora sejam utilizados diversos recortes e enfoques, as medições são realizadas apenas de um modo). (AVOGADRO, 2017, P. 49)

Ainda de acordo com Avogadro (2017), as estatísticas e indicadores culturais representam “um insumo fundamental para o planejamento estratégico das políticas culturais, pois permite a elaboração de diagnósticos precisos (setoriais ou territoriais) que garantam o uso adequado dos recursos públicos” (p 52).

⁵ VALIATI, Leandro. Entenda o que é Economia da Cultura, tema de livro lançado nesta sexta-feira. GZH Livros, 2017 Entrevista Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/cultura-e-lazer/livros/noticia/2017/11/entenda-o-que-e-economia-da-cultura-tema-de-livro-lancado-nesta-sexta-feira-cj9tuehpj00ih01msm38rj2ir.html> Acesso em novembro de 2021.

3. ESPECIFICIDADES DO SETOR CULTURAL E POLÍTICAS CULTURAIS

Para poder mensurar impactos - sejam culturais, econômicos ou sociais - é necessário a geração e fornecimento de insumos, os quais nutrem consensos, parâmetros, metodologias e indicadores, que assim, contribuem para a consolidação de um debate e para a geração e avaliação de políticas públicas.

O setor cultural se distancia do mercado geral, pelo fato de abranger “produtores, difusores e mantenedores de bens simbólicos” (Prado, 2017), os quais tendem a seguir menos a lógica de mercado, que busca regular o conjunto das relações de trabalho e assegurar a manutenção e perenidade econômica das variadas cadeias produtivas.

Há também na própria comunidade artística uma dificuldade de reconhecimento prévio sobre a dimensão profissional de sua obra ou atividades culturais, restando alguns aspectos econômicos e a “qualidade artística, não do valor criado – de difícil mensuração” (Prado, 2017). As relações profissionais e de trabalho ficam, frequentemente, implícitas e o artista acaba sendo analisado apenas por sua performance, não pelo processo. Isto é, este é um ponto inicial - uma das raízes do problema - que se desdobra em impasses para um possível mapeamento do mercado de trabalho cultural e que traz questões como: quantas horas foram gastas por estes trabalhadores; quanto se paga/recebe por hora, estão sendo bem remunerados; qual o ‘teto’ e ‘pisso’ salarial; se foram pagos todos os direitos e benefícios trabalhistas previstos em lei; como são organizados, possuem sindicatos que auxiliam esta classe trabalhadora; qual o meio de contratação (formal, informal) e como diminuir a informalidade. Estas questões infelizmente não podem ser respondidas pelos dados obtidos para este estudo, mas, ainda assim, elas carecem de dados, estudos, metodologias e consensos.

[..] enquanto uma parcela restrita do setor [elites sociais] resiste à associação do fazer artístico ou cultural aos imperativos econômicos da produtividade, por entendê-la como uma corruptela do valor da obra de arte em sua liberdade expressiva e processos criativos, a outra parcela, identificada como *trabalhadora* do setor, mobiliza-se por reconhecimento e, senão majoritariamente por melhores condições de trabalho, ao menos pelo fortalecimento do setor pela via das políticas públicas que o fomentam e

que asseguram, ao menos em parte, a economia do setor e sua diversidade. (PRADO, 2017)

A informalidade também é um dos obstáculos para as pesquisas e consequentemente, para as políticas públicas. Porém, visto a peculiaridade do setor (que há em sua maioria uma rotina de transitoriedade entre projetos temporários e por isso, contratos informais são mais viáveis) um prévio e amplo diálogo com atores e representantes sociais que estão envolvidos nas diversas cadeias produtivas daria um passo na agenda e na formulação das políticas públicas culturais para justamente pontuar a questão da informalidade.

Prado (2017) discorre sobre a insuficiência de estudos e indicadores referentes especificamente ao trabalho no setor da cultura:

Se para coletar e analisar os dados nacionais do mercado de trabalho como um todo os institutos de pesquisa avançada em economia e estudos demográficos precisam, a partir de configurações e classificações setoriais prévias, mapear seus respectivos índices de informalidade, formas de vínculo e faixas de rendimento; no campo da cultura, em que a diversidade de fazeres, saberes e concepções de trabalho tornam este mercado ainda mais heterogêneo, desvinculado dos direitos trabalhistas e das formas tradicionais de representação sindical, o mapeamento da precarização envolveria inicialmente o estabelecimento de certos consensos, como, por exemplo, a predefinição da cultura enquanto setor econômico e mercado de trabalho peculiarmente diverso nos levantamentos estatísticos. (PRADO, 2017, p. 5)

Instituições e governos somam esforços para obter dados e pesquisas robustas que levem em consideração as peculiaridades do setor cultural e seus trabalhadores. Criado pela lei 12.343/2010, o Plano Nacional de Cultura (PNC):

[...] foi pioneiro ao definir como atribuição do poder público a regulação do mercado cultural, com vistas à ampliação dos níveis de emprego e renda no setor. [...] De fato, é preciso que haja este mapeamento para que se possa partir em direção às propostas de ampliação dos índices de formalidade, bem como identificar as situações em que ela não é cabível a fim de que se elaborem alternativas de seguridade social a estes trabalhadores. (PRADO, 2017)

Neste ano, o PNC teve sua vigência prorrogada para até dezembro de 2022 via medida provisória Nº 1.012. O PNC é um plano constituído de princípios, objetivos e diretrizes para orientar o poder público na elaboração de políticas culturais.

Para a construção de um novo Plano Nacional de Estado é necessário um processo de diálogo com a sociedade civil, representada pelos Conselhos de Política Cultural, bem como dos resultados e diretrizes extraídos dos debates que ocorrem antes (em fóruns, seminários, etapas municipais e estaduais da conferência) e durante as Conferências Nacionais de Cultura. (BRASIL, 2020)

Também instituído pela lei 12.343/2010, numa parceria do Ministério da Cultura com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais (SNIIC) possui o objetivo de criar a Conta Satélite de Cultura, como um “PIB da Cultura” – assim como se criou a Conta Satélite da Saúde e a Conta Satélite do Turismo na intenção de dimensionar o peso de um setor individual frente o conjunto de uma Economia, bem como entender suas particularidades. No entanto, não se tem visto a continuidade da construção desse indicador nos últimos governos, haja visto a extinção do Ministério da Cultura pelo governo Bolsonaro.

Na câmara federal, há leis que trazem alguns avanços para o setor e, em sua maioria, para segmentos específicos. Como é o caso da lei 13.180/2015 que reconhece, regulamenta e apoia a profissão de Artesão com carteira de trabalhador autônomo própria; Em lentíssima tramitação o projeto de lei 1.176/2011, que pretende Instituir o Programa de Proteção e Promoção dos Mestres e Mestras dos Saberes e Fazeres das Culturas Populares e valorizar assim, “os chamados ‘mestres tradicionais do Brasil’, ou seja, os herdeiros dos saberes e fazeres culturais que perpetuam o conhecimento tradicional de seus povos, como griôs e pajés”(BRASIL, 2021). Também ainda em tramitação, o PL 1.096/2011 (apensado o PL 7.982/2014, baseado na lei 15.776/2013 do município de São Paulo) trata sobre a apresentação de artistas de rua sem necessidade de autorização prévia além de permitir a passagem do chapéu e comercialização de seus bens culturais (como mídias, livros, quadros e peças artesanais).

Além destas proposições pontuais (mas importantes), dado o contexto atual pandêmico, a lei 14.017/2020, que homenageia o compositor brasileiro Aldir Blanc,

trata de ações emergenciais destinadas ao setor cultural adotadas durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20/03/2020, oferecendo bem como, auxílio financeiro e renda emergencial mensal aos trabalhadores e trabalhadoras da cultura; subsídio mensal para manutenção; subsídio para editais, chamadas públicas.

Outro ponto a se observar, também, é sobre nas chamadas públicas, editais de fomento, patrocínios para financiamento de projetos culturais e em processos licitatórios em geral (não sendo uma exclusividade de setor cultural) ser muito corrente não haver nenhuma atenção quanto à forma de contratação/estabelecimento de vínculo e as condições trabalhistas advindas das variadas prestações de serviços realizadas pelos trabalhadores culturais aos produtores, limitando-se assim, apenas à exigência da certidão de débitos trabalhistas, emitida pelo Tribunal Superior do Trabalho, como requisito à homologação dos contratos ou cadastro no Cadin Municipal⁶. Nas auditorias, internas e externas, o foco se encontra na tributação e nas finanças dos projetos, observando se o aporte foi executado dentro das despesas elegíveis, incluindo a remuneração destes profissionais. Assim, tanto na contratação, no decorrer do projeto ou até nas prestações de contas finais, não se tem informações das condições trabalhistas empregadas pelas proponentes, no qual não se exige a Spcine. O máximo encontrado nos documentos analisados demonstram pagamentos a impostos (INSS, IR, FGTS), e contratos em que tange apenas sobre os serviços adquiridos e modo de pagamento.

Por conta da diversidade do setor e de sua flexibilidade, há uma dificuldade de criar indicadores culturais, metodologias e consensos não só para uma conceitualização, mas para melhoria das condições de trabalhadores e avanço nas políticas públicas culturais. Um complexo e robusto mapeamento, com maior precisão de análise, que pode vir a gerar grandes conclusões e metodologias, depende de incentivos orçamentários à ciência, ministérios e instituições de pesquisa para assim avançar neste debate ainda em construção, obter maiores reflexões e resolver na prática impasses existentes com uma melhor precisão de análise. Esta pesquisa busca fornecer resultados para colaborar quantitativamente com esse debate.

⁶ Registro de pessoas físicas e jurídicas responsáveis por obrigações pecuniárias vencidas e não pagas aos órgãos e entidades da Administração Pública Municipal

A Spcine no meio desta cadeia produtiva do setor cultural audiovisual, realiza a promoção das políticas públicas por meio de seus programas, oferecendo sustentação a este setor. Mas além disso, ela veio a fornecer dados - inéditos e privilegiados - que devem ser estudados e podem oferecer à sociedade, aos acadêmicos e ao Estado avanços que tornam o debate acerca do mercado cultural mais preciso e factual. Obviamente, tais dados refletem um nicho de mercado específico: produções cinematográficas, de games e eventos sobre o audiovisual; o que dificilmente trará um padrão de mapeamento nacional, mas não deixam de ser insumos para incorporar o debate e buscar o consenso em definições e metodologias acerca do campo de políticas públicas culturais e economia da cultura.

4. OBJETO DE ESTUDO: A SPCINE

O objeto deste estudo, a Empresa de Cinema e Audiovisual de São Paulo (Spcine) é uma empresa pública da Prefeitura de São Paulo com foco no desenvolvimento dos setores de cinema, TV, games e novas mídias (SPCINE, 2021). A Spcine foi fundada em 2015 pela gestão municipal, na época comandada pelo prefeito Fernando Haddad (2013-16), a partir de “uma nova estratégia baseada em inovação e desenvolvimento econômico” (SPCINE, 2017, p.35). A sua criação foi autorizada pela Lei 15.929/2013, que a caracteriza como:

(...) sociedade de economia mista, sob a forma de sociedade anônima de capital autorizado, dotada de personalidade jurídica de direito privado, com duração indeterminada, vinculada à Secretaria Municipal de Cultura, tendo como objeto social a promoção do desenvolvimento econômico, social, cultural, artístico, tecnológico e científico da atividade cinematográfica e audiovisual do Município de São Paulo. (SÃO PAULO, 2013, Artigo 1º)

Portanto, a proposta da Spcine se concentra em não ser apenas uma empresa que patrocina o audiovisual - isto as empresas privadas já fazem - e sim, em atuar “como um escritório de desenvolvimento, financiamento e implementação de programas e políticas para os setores de cinema, TV, games e novas mídias” (Spcine, 2021), tendo o “objetivo de reconhecer e estimular o potencial econômico e criativo do audiovisual paulista e seu impacto em âmbito cultural e social” (Id, 2021) a partir de três eixos :

- 1) Inovação, criatividade e acesso: elaboração e apoio a ações de desenvolvimento criativo e inovação aplicada a novas tecnologias, formatos, linguagens e empreendedorismo no setor, além da formação/capacitação e requalificação profissional;
- 2) Promoção e o desenvolvimento do mercado de audiovisual rumo a um cenário de sustentabilidade econômica; e,
- 3) Integração e internacionalização: estímulo às coproduções, atração de produções estrangeiras, exportação do conteúdo audiovisual paulista e o intercâmbio cultural e de talentos (MASSAROLO, MESQUITA e MARLET, 2015).

Com o capital social inicial de R\$ 25 milhões, de acordo com o artigo 5º da Lei 15.929, a Spcine possui receitas decorrentes de “recursos previstos em dotações orçamentárias próprias”; “de suas operações”; de “incentivos fiscais”; receitas “obtidas por meio de contratos, convênios e instrumentos congêneres”; “e de “doações, subvenções, operações de crédito e/ou participação em fundos de investimento”, entre outros. (SÃO PAULO, 2013).

Entre os anos de 2015 e 2021, a Spcine investiu R\$ 90,1 milhões em editais, totalizando 38 editais lançados e 636 projetos contemplados. E também no mesmo período, R\$ 22 milhões em patrocínios para eventos, mostras, festivais, oficinas, publicações de livros e revistas sobre o audiovisual, premiações, etc, totalizando 170 projetos contemplados.

Por sua vez, a administração da empresa é definida pelo seu estatuto social⁷ o qual especifica a composição e as atribuições da sua Diretoria Executiva, Conselho de Administração e Conselho Fiscal (SPCINE, 2021, Art. 7º).

Em sua organização administrativa, além da Diretora-Presidente, a empresa possui um Diretor de Investimentos e Parcerias Estratégicas, e uma Diretora de Inovação e Políticas do Audiovisual. Abaixo dos diretores têm-se os gerentes, coordenadores e assessores, respectivamente, responsáveis pelas seguintes áreas: Jurídica, Administrativa, Gestão Executiva e Prestação de Contas, Parcerias e Projetos Especiais, Desenvolvimento Econômico, São Paulo Film Commission, Difusão, Formação, Comunicação, Observatório e Internacional.

⁷ Disponível em: <http://spcine.com.br/wp-content/uploads/05-ESTATUTO-SOCIAL-SPCINE.pdf>

Em cada área a empresa realiza programas e ações como:

- Cash Rebate: edital que retorna de 20% a 30% do valor gastos com filmagens em São Paulo feitas por produtoras estrangeiras com coprodução brasileira.
- Circuito Spcine: circuito de salas públicas de cinema localizadas em centros culturais e, em sua maioria, em Centros Educacionais Unificados (CEUs)⁸.
- Eventos: a Spcine patrocina diversos eventos relacionados ao setor, como eventos de capacitação, mostras, festivais, premiações, lançamento de livros e publicações, exposições e feiras, palestras e seminários, workshops e *pitchings*, oficinas, podcasts e promoção de filmes que concorrem ao Oscar.
- Editais de fomento: editais lançados para financiamento de diversos tipos de produções, bem como obras cinematográficas, games e animações, documentários, roteiro, distribuição, etc.
- Formação: programa que gerencia ações de inovação, mercado e formação ao público do audiovisual como a criação do cineclube, *lives*, debates, *workshops*, entre outras ações.
- Observatório Spcine: programa criado para apoiar, desenvolver e fortalecer pesquisas para o audiovisual na capital paulistana, levantar pesquisas, publicações e artigos oriundos de outras fontes do Brasil e do mundo, bem como para reunir informações de todas as ações da empresa.
- Políticas Afirmativas: em 2019, foi lançado o Plano de Políticas Afirmativas da Spcine que estabelece metas e para ampliar a participação de mulheres cis, pessoas transgênero e pessoas negras no audiovisual de forma ampla. O edital de Baixo Orçamento foi o primeiro a contemplar esta política.

⁸ De acordo com o que foi recém noticiado, está previsto para maio deste ano o funcionamento de mais 10 salas de cinema, totalizando 30 salas (notícia: “Circuito Spcine ganha 10 novas salas de cinema na periferia”. Disponível em: <https://www.capital.sp.gov.br/zeo-capital.sp.gov.br/prefeitura/noticia/circuito-spcine-ganha-10-novas-salas-de-cinema-na-periferia>. Acesso em 28 jan. 2022.)

- Spcine Play: é a única plataforma pública de streaming do Brasil⁹. Além de filmes clássicos brasileiros, nela são encontrados filmes das principais mostras e festivais de cinema de São Paulo. A plataforma exhibe também conteúdos exclusivos da programação cultural da cidade de São Paulo como: shows, espetáculos e performances.
- São Paulo Film Commission: oferece assistência para a realização de produções audiovisuais em locais públicos municipais, facilitando as filmagens nacionais e estrangeiras. “Além de movimentar a economia do audiovisual, a atividade é responsável pelo impacto positivo em outros setores, como o turismo e o comércio local” (SPCINE, 2022).
- Incubadora Spcine Game: é o programa mais recente, sendo a primeira incubadora do Brasil exclusivamente voltada para games. Ela oferece suporte especial aos contemplados pelo edital de Produção de Games (*Seed Money*), focado na produção de jogos digitais.

Tais programas supracitados buscam alcançar a efetividade de seu objeto social, por meio de atividades definidas no Art. 2º da Lei 15.929, indo de encontro com os objetivos da criação da Spcine:

- I - desenvolver, financiar e implementar políticas públicas para o desenvolvimento econômico, social, cultural, artístico, tecnológico, científico, religioso e temático;
- II - subsidiar a realização de produtos e serviços, ou neles investir;
- III - subsidiar eventos promocionais, ou neles investir, no País e no exterior;
- IV - comercializar e distribuir produtos, direitos e serviços no País e no exterior;
- V - atuar como "film commission", facilitando as filmagens e promovendo a imagem da Cidade de São Paulo;
- VI - desenvolver, investir, subsidiar ou apoiar ações de formação, capacitação e requalificação nas áreas correlatas;
- VII - subsidiar ações de pesquisa e desenvolvimento científico e artístico ou nelas investir;
- VIII - subsidiar a construção de espaços físicos destinados a essa atividade ou investir na sua construção e operação;
- IX - investir no desenvolvimento de empresas da atividade audiovisual;
- X - participar de fundos de investimentos.

⁹ Plataforma disponível pelo site www.spcineplay.com.br.

Por possuírem uma base de dados de prestação de contas detalhada e bastante completa, o que possibilita a sua avaliação em profundidade, foram selecionados os “Editais de fomento” e “Eventos” como objetos de análise deste estudo, cuja gestão se dá pela área de Desenvolvimento Econômico e Gestão Executiva e Prestação de Contas, respectivamente.

A área de “Gestão Executiva e Prestação de Contas” é responsável pela elaboração e acompanhamento de contratos, bem como a fiscalização de contrapartidas técnicas e financeiras das parcerias e investimentos pactuados, principalmente no que tange às contratações de patrocínio e fomentos ao audiovisual e também fornece apoio gerencial nos contratos de gestão e convênio junto à Secretaria Municipal de Cultura e apoio estratégico à Presidência. Entre outras funções, a área também coordena a Prestação de Contas, a qual fiscaliza financeiramente as contrapartidas e a plena execução contratual de todos projetos fomentados pela Spcine que necessitam de avaliação das contas.

Já a área de Desenvolvimento Econômico (CEDE) é responsável pela execução e gestão dos incentivos econômicos na cidade de São Paulo feitos por meio de editais (concursos) de fomento ao setor. Como exemplo dos editais lançados têm-se o edital de “bairros”, “produção”, “distribuição”, “games”, “baixo orçamento”, etc. Um dos recentes editais lançados¹⁰ é o de cash-rebate com foco em atrair filmagens internacionais, objetivando assim, obter maior visibilidade ao setor na capital paulistana.

5. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Longe de promover um debate qualitativo, esta seção objetiva apresentar trabalhos realizados que abarcam temas do universo da cultura, impacto cultural (como o estudo da FGV elencado na introdução), políticas públicas, e a própria Spcine, a qual tem-se poucos - e bons - estudos já realizados por acadêmicos e afins, talvez por ser ainda uma empresa recente.

Cucio (2020) em sua dissertação traz elucidações sobre o circuito Spcine, um programa que possui muita aderência e alcance em termos de política pública. O

¹⁰ Este especificamente foi lançado pela área de Gerência de Parcerias Estratégicas.

circuito possui mais de 20 salas de cinema públicas localizadas no centro e em bairros mais afastados e periféricos, em que há pouquíssimos aparelhos culturais ou nenhuma sala de cinema. As sessões são gratuitas ou a um preço acessível, sendo realizadas em CEUs (Centros Educacionais Unificados) e centro culturais da cidade, levando assim, a mesma experiência que uma sala de cinema particular oferece, trazendo acesso ao cinema, cultura e lazer e fazendo com que a cidade de São Paulo se torne a que contém a maior rede de salas de cinema públicas no país.

A análise de Cucio (2020) ocorre entre os anos de 2016 a 2018, desde a elaboração do Circuito Spcine e construção da curadoria da programação de sessões e recepção do público. Como produto, apresenta e relaciona as razões pelas quais a rede foi fundada, bem como os seus primeiros resultados.

Santos (2017) discorre sobre o impacto do Fundo Setorial do Audiovisual (FSA) e a importância de haver políticas protecionistas e de fomento em países em desenvolvimento como o Brasil. Muitos dos editais da Spcine contam com coinvestimento do FSA (da ANCINE). Como já mencionado, é muito corrente os proponentes receberem aportes de diversos financiamentos (federais, estaduais e municipais, não só da Spcine) para a realização de suas obras. Neste ínterim a Spcine é uma das instituições fomentadoras que trabalha na construção da imagem da cidade de São Paulo como polo de cultura e economia por meio do setor audiovisual.

No seu trabalho qualitativo ele mostra como o FSA obteve impactos econômicos e culturais, além de promover a visibilidade da cidade de São Paulo no circuito das cidades globais, indo de encontro com um dos objetivos da Spcine que é a projeção da cidade sendo reconhecida como um polo cinematográfico internacional (SANTOS, 2017). Para ele e segundo os autores estudados, o audiovisual é um importante recorte nas análises do que se refere à "produção de conteúdo, participação do Estado e dos mercados nas estruturas da indústria audiovisual." O autor elucida como a junção¹¹ da Spcine e o FSA se torna um modelo regional na indução de políticas públicas para o audiovisual e elenca as ações regionais do FSA no fomento aos programas:

¹¹ A Spcine pode participar de fundos de investimentos (como o FSA) do governo federal, recebendo assim, dinheiro do orçamento federal para repassar às empresas via editais.

O FSA participou com apoio financeiro nos dois primeiros anos da SP-Cine com um total de 17 milhões de reais. [...] a SP-Cine publicou dez editais em parceria com o Fundo Setorial do Audiovisual para o fomento de ações voltadas para produção de conteúdos para cinema, televisão e internet, e também investiu no setor produtivo da distribuição de filmes e conteúdos audiovisuais em diferentes plataformas. (SANTOS, 2017, p.134)

Com enfoque nas políticas públicas da cultura, em sua pesquisa qualitativa, Leite (2015) discorre sobre as principais etapas do Ciclo de Políticas Públicas - Agenda, Formulação, Implementação, Monitoramento e Avaliação (Howlett e Ramesh 2013) - as quais visam estruturar as ideias e processos para a consolidação de uma política pública, em que, no caso do presente estudo, encontra-se na etapa de avaliação sobre os projetos que a Spcine fomenta. Um ponto importante que a autora argumenta é sobre a falta de uma “cultura de avaliação” para a Cultura, no campo da gestão pública, levando “à incompreensão conceitual acerca do que são os indicadores e mesmo no que concerne à metodologia de aplicação”. Não que o poder público não faça avaliações, porém, no campo da Cultura não se identifica. A implementação de uma política pública requer esforços em cada etapa de seu ciclo (como produção de dados, diagnósticos e acompanhamento), daí a importância de um sistema de monitoramento e avaliação que gere e utilize indicadores (de eficiência, eficácia e efetividade) culturais.

Dos Santos Carvalho (2017) apresenta uma entrevista com Alfredo Manevy - ex-diretor presidente da Spcine - e discorre sobre a temática da inovação no âmbito da formulação da política pública para o audiovisual com pano de fundo a Spcine. A entrevista trata dos aspectos fundamentais para o audiovisual bem como as políticas públicas para o setor e a inovação praticada pela Spcine. Assim, têm-se variados temas - “empreendedorismo, negócios, cadeias de valor, tecnologia e política” - na entrevista que expressam uma reflexão sobre o audiovisual atual no Brasil.

Massarolo, Mesquita e Marlet (2015) trazem problematizações acerca do termo capital de mídia e o que se inova em mídias em São Paulo. Citam neste trabalho os investimentos da SMC (Secretaria Municipal de Cultura) de São Paulo no setor audiovisual para criação da Spcine, além do centro de mídia Spcine que é formado por uma “rede audiovisual interconectada que inclui o SP Film Commission [...]”; o

circuito SP [...] e LEIA – Laboratório de Inovação e Experimentação Audiovisual.” Este centro de mídia “permite analisar a cidade como um território cultural e criativo.”

Deste modo, o centro de mídia SPCine indica um redirecionamento no foco como é tratado o sistema de produção audiovisual da cidade e oferece indícios de mudanças do *mainstream* tradicional calcado no cinema, televisão e na publicidade, para um centro midiático em formação, com foco na convergência de mídias e deslocado da setorização. Esse movimento é potencializado pela lógica internacional criada entre os produtores de conteúdo e as audiências conectadas em rede. Neste aspecto, a busca de um maior entendimento da cidade de São Paulo como uma capital de mídia no contexto da convergência (um centro de mídia) se torna uma questão central para a elaboração da cartografia audiovisual paulistana (Massarolo, Mesquita e Marlet 2015).

6. DADOS E METODOLOGIA

6.1. OBTENÇÃO DOS DADOS

Os dados utilizados para a pesquisa se referem à documentação de prestações de contas advindas do programa ‘Editais’ e do programa ‘Eventos’, e avaliadas pela área de Gestão Executiva e Prestação de Contas. Assim, o fluxo resumido de um evento até a prestação de contas pode ser representado como:

- 1) envio de projeto à Spcine → 2) critérios incluídos na matriz de qualificação → 3) contratação com empresa proponente → 4) recebimento do aporte Spcine → 5) realização do evento → 6) envio de prestação de contas em data pré-estabelecida → 7) análise da documentação pela área de Gestão Executiva e Prestação de Contas → 8) Aprovação/reprovação das contas.

Já o fluxo resumido de um edital até a prestação de contas:

- 1) lançamento de edital → 2) seleção de contemplado(s) → 3) contratação → 4) recebimento do aporte Spcine → 5) realização da obra/projeto → 6) envio de Prestação de contas em data pré-estabelecida → 7) análise da documentação pela área de Gestão Executiva e Prestação de Contas → 8) aprovação/reprovação.

Os documentos referentes à prestação de contas, tanto dos editais quanto dos eventos, foram cedidos pela Spcine mediante assinatura do termo de autorização pelo diretor executivo em fevereiro de 2021 (ver Anexo I). Os documentos exigidos pela área de Gestão Executiva e Prestação de Contas da Spcine para entrega de prestação de contas, de acordo com a Portaria de Prestação de Contas nº01/2015/Spcline, são:

- Relatório de acompanhamento (Ver Anexo II): Breve relatório referente ao cumprimento ou não do projeto: se foi cumprido conforme contrato, se seguiu o orçamento, onde, quando e como foi realizado e outras informações pertinentes à prestação financeira;
- Carta de apresentação (Ver Anexo III)
- Relação de pagamentos (Ver Anexo IV): Planilha entregue em formatos Excel e PDF (assinado e datado) em que se descreve todos os gastos realizados com o aporte da Spcine. As colunas são preenchidas com informações como: código da rubrica orçamentária, descrição da rubrica, nome do prestador de serviço/produto, CNPJ/CPF do prestador de serviço, número, código, data e local da nota/cupom fiscal e código de transferência ou número do cheque. Nas linhas se encontra cada gasto realizado de acordo com a coluna. Há também, em outra aba/planilha a relação de pagamentos feitos pela proponente como contrapartida;
- Notas e cupons fiscais, comprovantes de pagamentos e recibos que comprovem a utilização do aporte, os quais, devem constar todos na relação de pagamentos;
- Extrato Conta Corrente: desde o período de abertura até o encerramento da conta. Toda despesa que está no extrato deve aparecer no anexo III. Outros adendos são acrescentados no anexo II.
- Extrato Conta Aplicação/Poupança: Relação de valores investidos em aplicações bancárias, se houver;

- Encerramento de Conta: Documento fornecido pelo banco. Contratualmente é observada a cláusula de conta exclusiva para o projeto;
- Comprovante de envio de saldo remanescente: Quando o valor não é totalmente usado, resta em conta bancária do projeto e é devolvido à Spcine;
- Orçamento executado x orçado: Demonstração das mudanças orçamentárias no decorrer do projeto.

Para esta pesquisa, foram analisados, primordialmente, os documentos referentes à “Relação de Pagamentos” (Anexo IV), uma vez que estes apresentavam efetivamente o que foi gasto. Secundariamente, se estivesse faltando alguma informação, consultava-se os demais documentos (orçamento, extrato bancário e comprovantes fiscais). Caso não encontrasse as informações necessárias ou se houvesse inconsistências, o projeto era excluído da amostra.

6.2. CATEGORIAS: EDITAIS E EVENTOS

O levantamento dos dados e a definição de critérios para a seleção dos materiais foram partes cruciais do trabalho para delimitar quais projetos seriam analisados. Dessa forma, foram observados todos os documentos cedidos pelas áreas de Gestão Executiva e Prestação de Contas, referentes a projetos de Eventos e Editais.

Ao apreciar os dados, foi percebido que há diferentes elementos a se analisar como: data (optou-se por selecionar os projetos entre 2016 e 2019 por apresentarem dados mais completos e com prestação de contas já finalizados); valor do aporte (seja edital ou evento), tipo de evento e tipo de edital. Para melhores resultados, o trabalho foca na análise dos Editais e Eventos por apresentarem informações detalhadas de prestação de contas.

Os editais da Spcine são divididos por anos e temas que geralmente são relativos à produção de longa metragem, produção de curta metragem ou ainda, roteirização e distribuição. Os editais para produção audiovisual são os que possuem maior destaque por receber de forma consistente mais investimentos da Spcine desde seu início em 2015 (TOMBINI, 2019).

Os editais da tabela a seguir são projetos que contraturalmente devem prestar contas, já entregaram a documentação e tiveram as contas aprovadas. Sendo assim, nesta tabela não estão todos os editais da Spcine, apenas editais que possuem projetos aprovados pela área de Prestação de Contas entre 2016 e 2019, objeto de análise deste trabalho.

Tabela 2 - Editais que possuem prestação de contas aprovadas

ANO	LINHA	EDITAL	Nº	CATEGORIA
2016	Linha 1	Produção de longas-metragens via processo seletivo	02/2016	Produção
2016	Linha 2	Distribuição de pequeno e médio porte de longas-metragens	-	Distribuição
2016	Linha 3	Circulação de longas-metragens de pequeno porte	-	Circulação
2016	Linha 4	Desenvolvimento de projeto audiovisual seriado	04/2016	Desenvolvimento
2016	Canadá	Desenvolvimento de projetos de conteúdo para a TV, internet, jogos eletrônicos e realidade virtual em parceria com o Canada Media Fund	-	Desenvolvimento
2016	Curtas	Edital de produção de curta-metragem	01/2016	Produção de Curta-metragem
2016	Games (Linha 2)	Edital de produção de Games	10/2016	Produção
2017	Circuito	Circuito Spcine	-	-
2018	Bairros	Produção de obra de audiovisual – Histórias de bairros de São Paulo	03/2018	Produção de Curta-metragem
2018	Gap 3 (Linha	Complementação de Produção de longas-	09/2018	Produção

	1)	metragens		
2019	Distribuição	Distribuição de longas-metragens I	03/2019	Distribuição

Fonte: Spcine. Adaptado pela autora.

Por sua vez, os eventos também estão separados por ano, e em cada ano observa-se diferentes tipos de eventos que foram patrocinados, tais como: “Mostra internacional de cinema”, “ComKids”, “Kinofórum”, “Seminário do audiovisual Negro”, “Nicho Novembro”, etc, de acordo com definição da política de eventos da SPCINE:

São Paulo possui um calendário intenso de eventos de audiovisual. A Spcine é parceira e patrocinadora dos principais eventos durante o ano. A política de eventos [...] tem como foco principal tornar a agenda oficial e posicionar a cidade como sede latino-americana de acontecimentos do gênero. Para tanto, fazem parte dos desafios fortalecer o calendário já existente e incentivar a constante renovação destes eventos, bem como gerar oportunidades para novas propostas, oferecendo a cidade um conjunto de experiências amplo, diverso e democrático (SPCINE, 2017, p. 78).

O aporte para eventos é muito singular e bastante diferente entre si, uma vez que cada evento envolve uma temática diferente, com público, local e recursos diferentes¹². A Tabela 3 apresenta os eventos com prestação de contas aprovadas entre 2016 e 2019 e, portanto, analisados neste trabalho.

Tabela 3 - Eventos que possuem prestação de contas aprovadas

ANO	PROJETO	CATEGORIA
2016	1º Seminário do Audiovisual Negro	Seminário
2016	40º Mostra Internacional de Cinema de São Paulo	Mostra
2016	8º In Edit	Festival
2016	9º Edição do Festival Entretodos	Festival
2016	Aldeia SP - 2º Mostra de Cinema Indígena	Mostra
2016	AV x LAB	Festival
2016	Casa do Documentário	Festival
2016	Comic Con	Festival
2016	Expocine	Exposição - Feira

¹² No início de 2020, a Spcine reformulou critérios para a classificação dos eventos e o quanto cada solicitante poderia receber. Os critérios são de acordo com uma pontuação, estabelecida por uma “Matriz de Qualificação” que estabelece também o montante que pode ser solicitado.

2016	Festival do Minuto	Oficina
2016	O Cinema por quem o Faz	Promoção documentário
2017	6º Ecofalante 2017	Mostra
2017	5º BIG Festival	Festival
2017	12º Festival Latino	Festival
2017	Mediamorfosis	Festival
2017	41ª Mostra Internacional ABMIC	Mostra
2017	O Menino e o Mundo (Promoção)	Promoção - Oscar
2017	2º Seminário do Audiovisual Negro	Seminário
2017	Oficina Kinoforum - Módulo II	Oficina
2018	Semana ABC 2018	Mercado e Seminários
2018	23º É tudo verdade	Festival
2018	7ª Mostra Ecofalante de Cinema Ambiental	Mostra
2018	Rio Content Market	Festival
2018	10º In Edit	Festival
2018	6ª BIG Festival	Festival
2018	Comkids 2018	Festival
2018	2ª Cine Pitching	Mercado e Seminários
2018	Music Video Festival (M-V-F)	Festival
2018	26º Mix Brasil	Festival
2018	Revista do Cinema	Publicação
2019	24ª É Tudo Verdade	Festival
2019	8ª Ecofalante	Mostra
2019	7º Big Festival	Festival
2019	12º Entretodos	Festival
2019	Semana ABC 2019	Festival
2019	Br Lab 2019	Mercado e Seminários
2019	Rio 2 C	Festival
2019	Marché du Film (Cannes Cinema do Brasil)	Festival
2019	Ciranda de Filmes	Mostra
2019	11º In Edit	Festival
2019	27º Anima Mundi 2019	Festival
2019	3º Minuto Escola- Festival do Minuto Formação 2019	Oficina
2019	GP 2019	Prêmio
2019	14º Festival Latino-Americano	Festival
2019	ComKids 2019	Festival
2019	Music Video Festival (M-V-F)	Festival

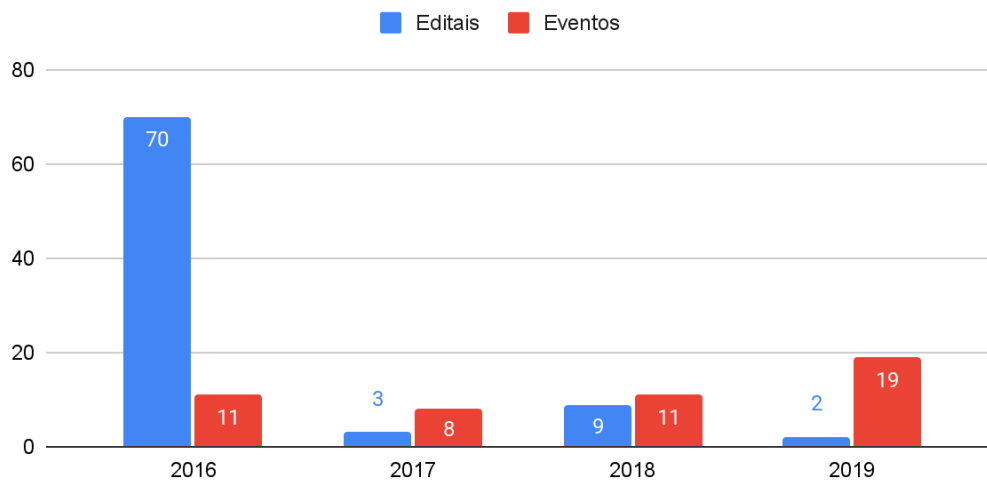
2019	Oficina Kinoforum	Oficina
2019	Nicho Novembro	Mercado e Seminários
2019	Festival Rio 2019	Festival

Fonte: Spcine. Adaptado pela autora.

Cabe ressaltar que o ano de 2015, de criação da Spcine, não foi considerado pois houve apenas dois eventos e estes ainda são processos físicos não acessíveis. Já os dados referentes ao ano de 2020 não foram utilizados por se tratar de um ano atípico por conta da pandemia.

A quantidade de eventos em cada ano apresenta menor variação que a categoria de editais, como pode ser observado na Figura 2. Uma possível explicação é que normalmente a realização de eventos apresenta periodicidade anual, facilitando a obtenção de aportes.

FIGURA 2 - Quantidade de Obras de Editais e Projetos de Eventos analisados por ano



Diferentemente dos eventos, a quantidade de editais analisadas no ano de 2016 se sobressai (70 projetos), em relação aos demais anos, principalmente porque em sua maioria os editais são produções cinematográficas que podem durar vários anos, fazendo com que a prestação de contas final do projeto seja recebida a longo prazo. Isto é, a Spcine ainda não recebeu todas as prestações de contas de editais dos anos posteriores a 2016. E consequentemente, não se teve muitas prestações aprovadas dos editais (de 2017 adiante) para entrar na presente pesquisa.

Em relação aos aportes financeiros, os valores unitários variam muito tanto para editais quanto para eventos. Há editais em que o prêmio/aporte é de R\$ 50 mil e outros com prêmio de R\$ 500 mil e o mesmo acontece para eventos. Assim, o valor do aporte depende da finalidade do evento/edital e, estando as empresas proponentes/candidatas elegíveis e classificadas, elas podem pleitear o valor de aporte de interesse da Spcine.

Assim sendo, os projetos considerados elegíveis para o estudo seguiram os seguintes critérios:

- estar entre os anos de 2016 a 2019, por apresentarem dados mais completos;
- prestações de contas finais, recebidas, analisadas e aprovadas pela área de “Prestação de Contas” (não foram consideradas as prestações de contas parciais¹³). Trabalhar com projetos finalizados e com prestação de contas aprovadas pela área responsável significa que foi comprovada e checada a real utilização das despesas, se houve devolução de valores financeiros, utilização de capital próprio da proponente ou utilização de aplicações financeiras.
- possuir documentação “analisável”: o projeto em questão apresenta o “anexo III” em formato Excel ou em PDF, sem dados ou documentos importantes faltando e sem apresentar inconsistências financeiras.

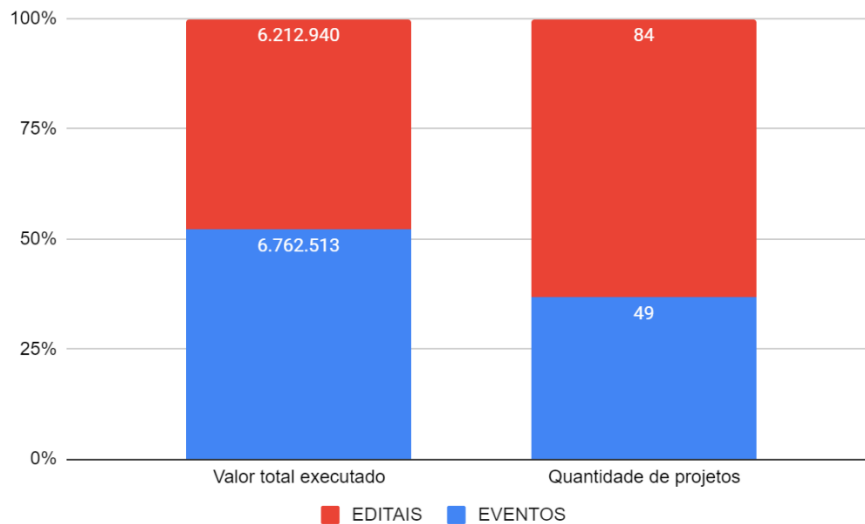
Dessa forma, foram excluídos da análise: (i) projetos aprovados, mas que não apresentava todos os documentos; (ii) projetos com anexo III disponível apenas em fotografia/escaneado; (iii) projetos com algumas informações financeiras faltando ou desiguais (como descrição da rubrica, saldo remanescente, etc.).

Com base nos critérios descritos, foram analisados 133 projetos, sendo 84 editais e 49 eventos, representando R\$ 12,8 milhões. Posteriormente serão apresentados valores executados que incluem os rendimentos de aplicações financeiras dos projetos, sendo assim, o valor total analisado subiu para R\$ 13 milhões. Apesar do número de editais (84) ser bem maior que a quantidade de eventos

¹³De acordo com a portaria de Prestação de Contas nº01/2015 da Spcine, poderá ser solicitada a qualquer momento a entrega parcial dos documentos comprobatórios do que foi realizado até a data solicitada. Isto ocorre em projetos de longa duração em que é necessário fiscalizar o andamento do projeto e a realização orçamentária.

(49) analisados, em termos de valores monetários, os eventos apresentaram aporte 8% superior aos editais no acumulado entre 2016-19: R\$ 6,2 milhões para editais e R\$ 6,8 milhões para eventos. (Figura 3):

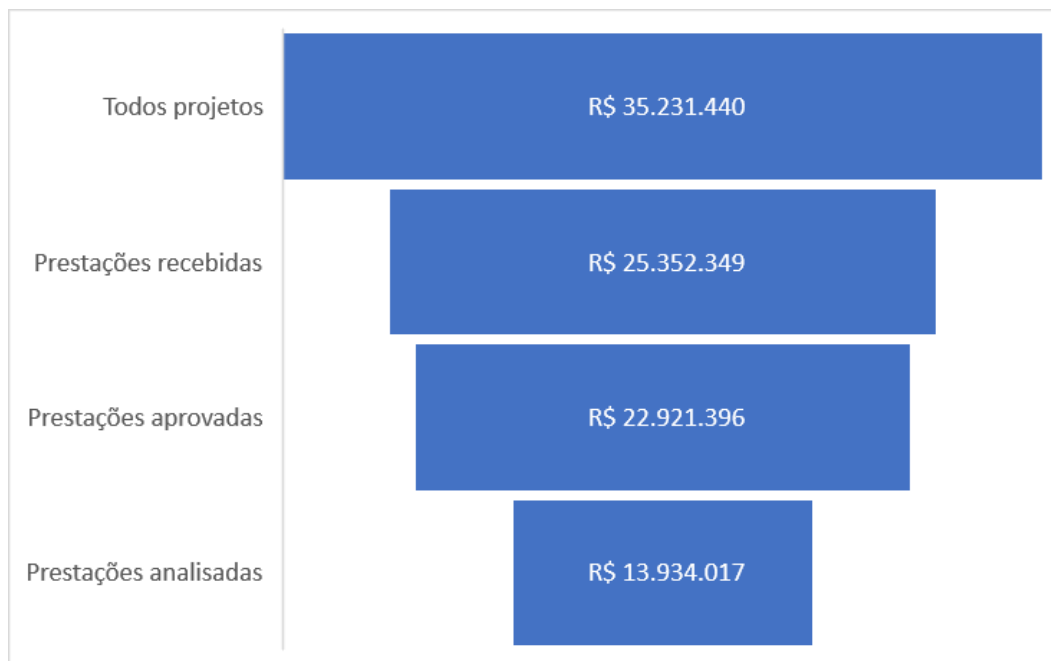
FIGURA 3 - Quantidade de Editais e Eventos e valor total executado entre 2016 e 2019 (em valores de 2019)



A Figura 4 classifica os projetos de editais e eventos, entre 2016 e 2019, conjuntamente em:

- (i) todos os projetos - inclui todos os projetos (referentes a editais e eventos) fomentados e patrocinados pela empresa, independente do estágio de prestação de contas em que se encontram (em andamento; com documentos recebidos; com documentos analisados; e aprovados);
- (ii) "prestações recebidas" (R\$ 23,7 milhões) - foram recebidas pela empresa mais ainda em fila de análise, ou em análise, ou não aprovadas; e,
- (iii) "prestações aprovadas" pela Spcine (R\$ 21,4 milhões) foram foco da análise inicial deste trabalho com o intuito de discriminar os projetos "analisáveis" conforme definido anteriormente. Mediante esta análise os projetos "analisáveis" totalizaram R\$12 milhões ou 60,6% dos projetos aprovados.

FIGURA 4 – Totalidade de eventos e editais patrocinados Spcine entre 2016 e 2019 (em R\$ de 2019)



6.3 METODOLOGIA DE ANÁLISE DOS DADOS

Após o levantamento de todos os projetos “analisáveis”, foram realizadas as seguintes etapas de análise dos dados:

1. Checagem do Anexo III (relação de pagamentos) em relação a: se a prestação de contas é final, coincide com o valor do aporte, o valor gasto é mesmo da receita (contando com aplicações bancárias e saldo remanescente) e se há descrição correta de dispêndios/rubricas;
2. Ajuste para Excel caso a relação de pagamentos estivesse em pdf e repetir o procedimento anterior;
3. Se disponível o orçamento executado, checagem das informações com a relação de pagamentos¹⁴.

¹⁴Caso o orçamento já estivesse atualizado e separado por dispêndios, poderia ser substituído pelo anexo III. Em alguns momentos teve-se a necessidade de checar outros documentos como notas e comprovantes fiscais e extratos bancários.

4. Análise de cada despesa e sua classificação nas rubricas pertencentes ao grupo de “categorias de dispêndios” o qual será exposto abaixo. Esta etapa foi crucial para o trabalho, pois demandou atenção e reflexão para entender em que grupo se insere cada atividade econômica. Por se assemelhar ao estudo da FGV (2018), visto que se trata de atividades relacionadas ao setor cultural, foi tido como base algumas categorias de dispêndios utilizadas por eles e outras acrescentadas posteriormente.

5. Soma e tabulação dos valores de cada categoria de dispêndios em nova planilha analítica (valores corrigidos para 2019 utilizando o INPC).

As categorias de dispêndios para os Eventos de 2016 a 2019, com a respectiva descrição são:

- Alimentação: despesas que envolvem aquisição de alimentos/produtos e serviços de alimentação e refeição como coquetel, catering, vale alimentação para funcionários, recepção de clientes e convidados.
- Brinde/material promocional: produtos variados com a finalidade de divulgação física do evento. Exemplos: lápis, *ecobags*, camisetas e *pendrives* para participantes.
- Caixa de produção/Diversos: despesas gerais e gastos operacionais não corriqueiros, não inclusos previamente no orçamento e que não se enquadre em outras atividades e grupos econômicos.
- Combustível: separada da categoria “transporte”, esta é uma categoria que se tornou relevante por ser muito usual.
- Correios/Courier: dispêndio também separado de transporte, por sua utilização corrente. Serviços postal de entregas rápidas, serviços de motoboy, transporte de objetos e equipamentos pequenos.
- Direitos Autorais: despesas destinadas a pagamentos de obras artísticas e concessão de direitos de imagem e som.
- Elaboração/ Agenciamento: serviços de consultoria para elaboração do projeto.
- Espaços: gastos com espaços sendo, compra, locação, cenário interno ou externo, materiais para o cenário, fornecimento de algum serviço para o espaço (como água, luz).
- Figurinos/Roupas: uniformes, compra de tecidos, calçados, acessórios pessoais para atores e figurantes.

- Taxa de Gerenciamento: valor de até 10% do aporte recebido que pode ser destinado exclusivamente à empresa proponente, ou seja, porcentagem de lucro.
- Gráfica: Serviços de cópias, encadernações, impressões de banners, confecção de crachás, blocos, cadernos, etc. Observação, o serviço de designer gráfico está na categoria de serviço artístico-cultural.
- Hospedagem: hospedagens para funcionários, palestrantes e outros profissionais convidados para o evento.
- Tributos diversos: destinados ao governo (federal, estadual ou municipal) como impostos, taxas, contribuições de melhoria, empréstimos compulsórios, contribuição especial, INSS, ISS, entre outros.
- Drogaria/Perfumaria: cosméticos e maquiagem.
- Material de Escritório: consumo próprio da empresa, geralmente são gastos com papelaria.
- Divulgação: dispêndios com comunicação e anúncios em sites, blogs, redes sociais, jornais, *outdoors*, grandes cartazes, provedores de site.
- Objetos/Equipamentos: compra ou locação de acessórios e equipamentos eletrônicos destinados à produção do projeto.
- Viagens aéreas: dispêndios relacionados a passagens, seguro de viagem, e reembolsos de viagens.¹⁵
- Passagens terrestres: passagens interestaduais rodoviárias.
- Outras atividades: renda de pessoas e serviços variados prestados à empresa, que não se enquadram como serviços artísticos, criativos e não exclusivos do setor cultural. Por exemplo, serviços financeiros, administrativos, de segurança, jurídicos, serviços de imprensa/comunicação e divulgação.
- Atividades culturais: renda de pessoas e serviços prestados à empresa, sendo serviços artísticos, criativos e/ou exclusivos do setor cultural. Por exemplo, roteirista, diretor/a, produtor executivo, assistente de produção, apresentadores, elenco, fotógrafo/a, assistente de Câmera/*logger*, maquinista, técnico de som, direção de arte/figurino, locação, entre outros. Para sanar dúvidas quanto à classificação dessas atividades, foi utilizada como base a CBO - Classificação Brasileira de Ocupações - do Ministério do Trabalho.

¹⁵ Neste dispêndio foi inserido também um gasto para passaporte.

- Prêmio/Troféu: muito comum nos eventos, são gastos relacionados a serviços e produtos para premiações.
- Seguros: seguros diversos para funcionários, locações de espaços e equipamentos, etc.
- Taxas: Tarifas não destinadas ao governo e sim ao setor privado como despesas bancárias, despesas de serviços em cartórios e tabeliões, câmbio, etc.
- Telefone/Internet: aquisição de produtos e serviços de comunicação. Exclui-se serviços de assessoria de comunicação.
- Transportes: despesas relacionadas às viagens locais, aluguel de carro, estacionamento, serviços de *transfer*, táxi, transporte por aplicativos, ônibus, trem e tarifas de transporte público municipal, vale-transporte.

As categorias de dispêndios para os Editais, de 2016 a 2019, são em sua maioria as mesmas relacionadas acima para Eventos. Porém, há peculiaridades para a realização dos editais, de tal forma que foram excluídas as categorias 'Passaportes' e 'Prêmio/Troféu', por não possuírem nenhum dispêndio realizado, e foram adicionadas as seguintes categorias:

- Mídias físicas: cópias como gravação em CD, DVD, *pendrive*, HD, DCP (Digital Cinema *Package*, é uma tecnologia de padronização dos formatos digitais para a distribuição e a exibição de filmes). Visto a grande ocorrência e peculiaridade destes produtos e serviços, foi desmembrado da categoria de equipamentos.
- Brinde/material promocional.

7. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Tanto para Eventos quanto para Editais, foi levado em consideração os valores executados, assim, a soma total de valores monetários referente ao aporte da Spcine considera também os rendimentos financeiros e capital próprio.

O saldo remanescente foi considerado (dentro das análises de dispêndios) apenas como sendo o valor que sobra em conta bancária (da proponente, aberta

exclusivamente para o projeto) e é devolvido à Spcine. Quando há devolução de valores à Spcine por conta de despesas glosadas (não aceitas) este valor foi considerado como valor executado na atividade econômica e não como retorno à Spcine, pois o objeto de estudo é a finalidade da despesa.

TABELA 4 - Valores dos eventos por ano (em R\$ de 2019)

	2016	2017	2018	2019	Total
Valor total de aportes	2.523.208	1.539.441	1.003.200	2.011.800	7.077.649
Aplicação Financeira	32.010	12.944	2.386	6.390	53.730
Aporte próprio	26.787	2.169	42	603	29.601
Valor executado	2.582.113	1.557.069	1.005.638	2.018.792	7.163.612
Nº de projetos analisados	11	8	11	19	49

Observa-se que o ano de 2016 obteve mais aporte e consequentemente, maior valor executado, apesar de não ser o ano em que teve mais projetos analisados, ou seja, o volume monetário dos projetos em média, foi maior.

TABELA 5 - Valores dos editais por ano (em R\$ de 2019)

	2016	2017	2018	2019	Total
Valor total de aportes	5.490.427	46.980	718.349	400.000	6.655.756
Aplicação Financeira	110.491	0	5.573	1.081	117.145
Aporte próprio	2.726	0	399	0	3.125
Valor executado	5.598.023	46.980	724.321	401.081	6.770.404
Nº de projetos analisados	70	3	9	2	84

Outro fator a elucidar, é que estes valores se referem a obras e projetos que foram executados, analisados e aprovados, conforme explicado anteriormente (Figuras 2 e 3). A execução de um filme, que envolve pré-produção, produção e distribuição, pode levar mais de três anos para se concretizar, por este motivo os

editais mais recentes ainda não possuem muitos projetos aprovados e, consequentemente, aqui analisados.

O total executado dos projetos realizados no âmbito dos eventos foi de R\$7,1 milhões. Isso significa que o volume médio de recursos executados por projeto foi de R\$ 146 mil. Já no âmbito dos Editais, o total executado foi de R\$ 6,8 milhões, que corresponde a um volume médio de recursos executados por projeto de R\$ 80 mil (Tabela 6 - com valores corrigidos para 2019).

TABELA 6 - Valores executados e volume médio dos projetos

Eventos	
Valor executado dos projetos	Volume médio/ projeto
R\$ 7.163.612	R\$ 146.196
Editais	
Valor executado dos projetos	Volume médio/ projeto
R\$ 6.770.404	R\$ 80.600

7.1 ANÁLISE CONJUNTA DE EVENTOS E EDITAIS

TABELA 7 - Dispêndios totais de eventos e editais - Valores em R\$ de 2019

Eventos e Editais	TOTAL EDITAIS	TOTAL EVENTOS	TOTAL GERAL
	6.770.404	7.163.612	13.934.017
Atividades culturais	4.610.987	3.412.150	8.023.137
Outras atividades	460.955	1.210.510	1.671.465
Objetos/Equipamentos	337.674	407.088	744.762
Espaços	155.570	456.645	612.215
Direitos Autorais	50.245	308.512	358.757
Alimentação/Refeição/coquetel	152.981	120.509	273.490
Mídias digitais/divulgação	146.697	116.767	263.463
Tarifas/Taxas	53.902	207.426	261.327
Passagens aéreas	46.640	196.840	243.480

Transporte	182.795	52.570	235.364
Mídias físicas	187.126	0	187.126
Gráfica	57.325	120.575	177.900
Taxa de Gerenciamento	149.397	21.916	171.313
Prêmio/Troféu	0	149.707	149.707
Elaboração/ Agenciamento	9.265	130.834	140.099
Impostos gerais	48.238	86.125	134.364
Hospedagem	12.198	87.901	100.099
Passagens estaduais terrestres	9.867	28.082	37.949
Devolução Spcine	23.470	7.503	30.973
Outros/Caixa de produção	24.476	4.725	29.202
Figurinos/Roupas	5.708	22.497	28.205
Combustível	15.280	5.603	20.884
Telefone/Internet	8.692	3.891	12.583
Brinde/material promocional	6.347	802	7.149
Material de Escritório	3.649	3.488	7.138
Seguros	6.034	297	6.331
Correios	2.905	472	3.377
Maquiagem/Drogaria	1.982	174	2.156

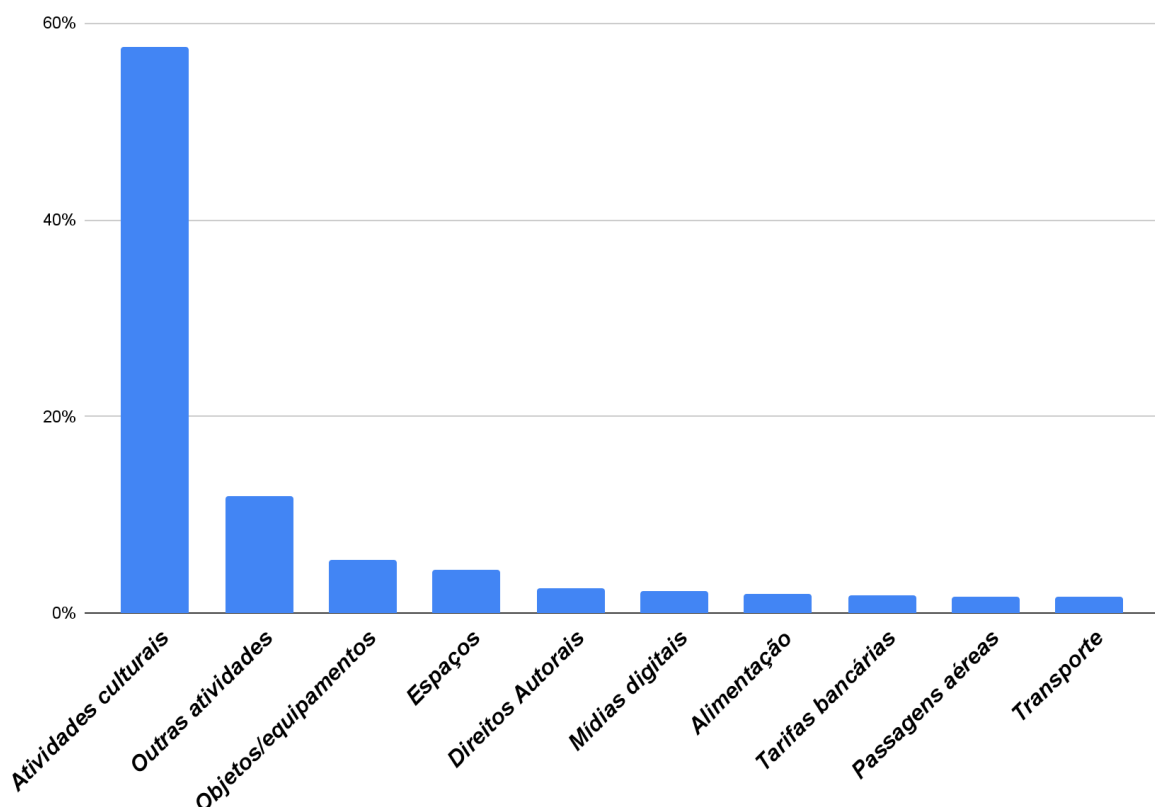
As únicas atividades econômicas que estão em valores de milhões de reais foram 'Atividades culturais' (57,6%) e 'Outras atividades' (12%), o que significa grande concentração de dispêndios nelas. Juntas, essas rubricas somam quase 70% do total no período analisado (R\$ 8 milhões entre 2016 e 2019). Sendo assim, pode-se inferir que a cada R\$10 investidos, R\$ 7 vão diretamente para renda (Tabela 7).

É válido relembrar que na seção 6.3 foi detalhado a descrição de cada rubrica de dispêndios analisados. Dando ênfase às 'Atividades culturais' e 'Outras atividades', conforme já mencionado, a primeira aborda a renda de pessoas e serviços prestados à empresa, sendo serviços artísticos, criativos e/ou exclusivos do setor cultural. Por exemplo, roteirista, diretor/a, produtor executivo, assistente de produção, apresentadores, elenco, fotógrafo/a, assistente de Câmera/logger, maquinista, técnico de som, direção de arte/figurino, locação, entre outros.

Já a segunda aborda renda de pessoas e serviços variados prestados à empresa, que não se enquadram como serviços artísticos, criativos e não exclusivos do setor cultural; por exemplo, serviços financeiros, administrativos, de segurança, jurídicos, serviços de imprensa/comunicação e divulgação. Isto posto, pode-se vislumbrar a real importância para um setor como o audiovisual que possui diversos profissionais diretos além de seus mercados consumidores, que é justamente a geração de renda e impacto em outros segmentos de mercado.

Agregando todas as rubricas relacionadas com transporte, bem como, correios, combustível, passagens aéreas, passagens terrestres e transporte (que inclui transporte por aplicativo, táxi comum, estacionamento, entre outros) esse dispêndio ultrapassa as despesas de passagens aéreas (1,7%), taxas bancárias (1,9%), alimentação (1,9%), mídias digitais (2,2%), direitos autorais (2,6%), ficando em quarta posição e abaixo da rubrica de gastos com espaços (4,4%) - Figura 5.

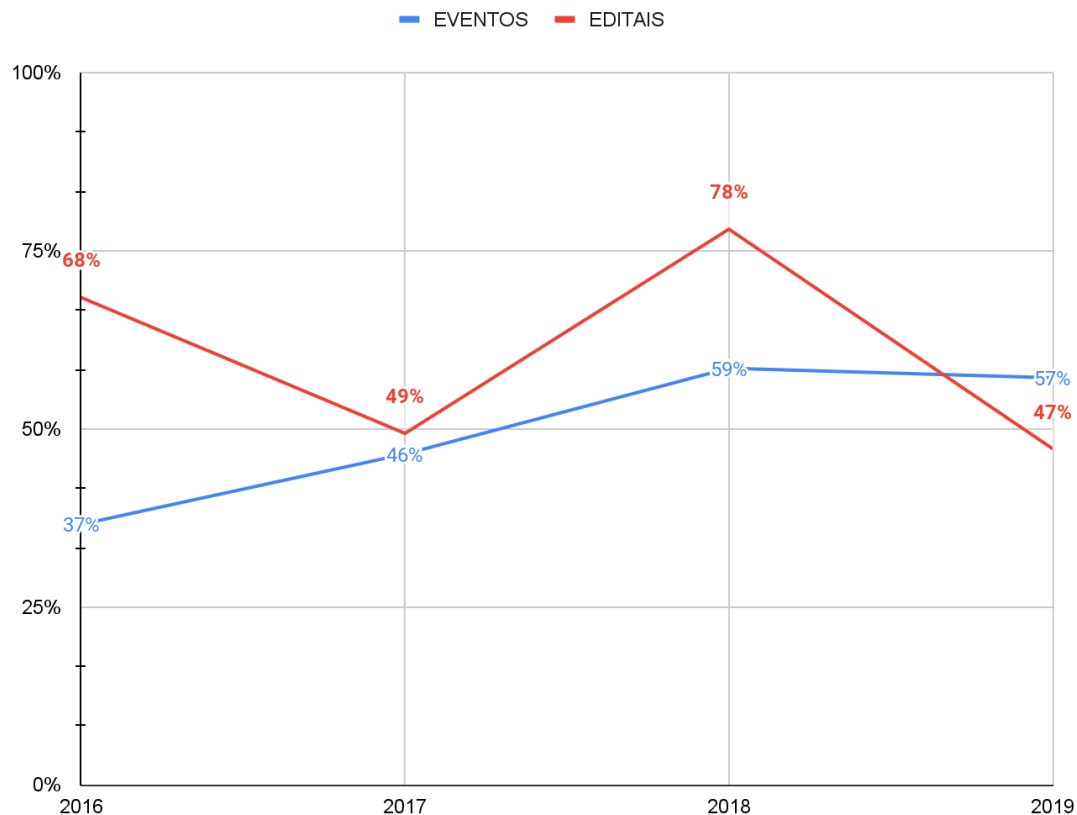
FIGURA 5 - 10 Principais dispêndios de editais e eventos (2016-2019)



Observando a Figura 5 após as duas maiores rubricas, têm-se Objetos e Equipamentos, Espaços e Direitos Autorais como os dispêndios mais utilizados, ou

seja, setores que são mais impactados com a produção de obras cinematográficas e eventos do audiovisual.

FIGURA 6 - Despesas com atividades culturais em relação ao total - editais eventos (2016-2019)



Pode-se observar que, de modo geral, o percentual gasto com serviços artístico-culturais foi maior nos editais em três dos quatro anos analisados, em comparação com os projetos de eventos.

Tratando-se especificamente da linha que representa a evolução dos dispêndios nos editais, 2016 e 2018 representam os maiores percentuais. Importante considerar o fato de que nesses dois anos foram analisados majoritariamente editais de produção audiovisual. Já nos anos de 2017 e 2019, foram analisados editais de distribuição e circulação. Pode-se concluir que há maior demanda de serviços propriamente culturais nos editais de produção audiovisual, núcleo criativo deste mercado. Desse modo, não podemos considerar que o gráfico represente precisamente uma suposta evolução histórica da tendência de manejo de

recursos entre serviços culturais e não culturais das produções audiovisuais, mas sim características do destino dos recursos financiados a cada ano.

7.2 EVENTOS

Os dados que foram tabulados a partir da coleta de cada projeto nos permitem observar e identificar em que atividades esses recursos foram despendidos. A tabela seguinte apresenta essas informações para os projetos de eventos realizados. É analisando o destino de cada recurso executado que se pode discriminar as atividades diretamente e indiretamente relacionadas à economia da cultura.

TABELA 8 – Eventos: Dispendio total por ano e média anual no período 2016-19 (em R\$ de 2019)

EVENTOS	2016	2017	2018	2019	Soma 2016-19	Média anual dos dispendios totais
Total de cada ano	2.582.113	1.557.069	1.005.638	2.018.792	7.163.612	1.790.903
Atividades culturais	945.309	723.811	588.575	1.154.454	3.412.150	853.038
Outras atividades	685.846	149.927	110.645	264.092	1.210.510	302.628
Espaços	229.217	87.266	52.438	87.724	456.645	114.161
Objetos/Equipamentos	92.696	108.431	50.408	155.553	407.088	101.772
Direitos Autorais	117.401	82.647	38.840	69.625	308.512	77.128
Tarifas/Taxas	6.305	192.092	2.222	6.806	207.426	51.856
Passagens aéreas	89.713	57.446	17.656	32.026	196.840	49.210
Prêmio/Troféu	64.526	0	10.847	74.335	149.707	37.427
Elaboração/Agenciamento	113.609	0	5.225	12.000	130.834	32.709
Gráfica	53.679	7.905	18.564	40.428	120.575	30.144
Alimentação/Refeição	38.497	21.743	33.057	27.212	120.509	30.127
Mídias digitais	10.342	6.518	55.073	44.834	116.767	29.192
Hospedagem	26.232	27.678	7.444	26.547	87.901	21.975
Impostos gerais	17.878	55.184	1.184	11.879	86.125	21.531

Transporte	20.146	13.643	11.035	7.747	52.570	13.142
Passagens terrestres	28.082	0	0	0	28.082	7.021
Figurinos/Roupas	3.123	17.566	1.045	763	22.497	5.624
Taxa de Gerenciamento	21.916	0	0	0	21.916	5.479
Devolução Spcine	6.091	805	461	146	7.503	1.876
Combustível	3.806	1.053	0	744	5.603	1.401
Outros	531	2.485	209	1.500	4.725	1.181
Telefone/Internet	3.891	0	0	0	3.891	973
Material de Escritório	2.398	0	711	380	3.488	872
Brinde/material promocional	0	802	0	0	802	201
Correios	423	49	0	0	472	118
Seguros	297	0	0	0	297	74
Maquiagem/Drogaria	158	16	0	0	174	44
FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA. VALORES EM REAIS DE 2019.						

TABELA 9 – Eventos: Dispendio médio projeto

	2016	2017	2018	2019	Média (2016-2019)
Soma total	234.738	194.634	91.422	106.252	156.761
Atividades culturais	85.937	90.476	53.507	60.761	72.670
Outras atividades	62.350	18.741	10.059	13.900	26.262
Espaços	20.838	10.908	4.767	4.617	10.283
Objetos/Equipamentos	8.427	13.554	4.583	8.187	8.688
Direitos Autorais	10.673	10.331	3.531	3.664	7.050
Tarifas/Taxas	573	24.012	202	358	6.286
Passagens aéreas	8.156	7.181	1.605	1.686	4.657
Prêmio/Troféu	5.866	0	986	3.912	2.691
Elaboração/Agenciamento	10.328	0	475	632	2.859
Gráfica	4.880	988	1.688	2.128	2.421
Alimentação/Refeição/coquetel	3.500	2.718	3.005	1.432	2.664
Mídias digitais/divulgação/site	940	815	5.007	2.360	2.280

Hospedagem	2.385	3.460	677	1.397	1.980
Impostos gerais	1.625	6.898	108	625	2.314
Transporte	1.831	1.705	1.003	408	1.237
Passagens terrestres	2.553	0	0	0	638
Figurinos/Roupas	284	2.196	95	40	654
Taxa de Gerenciamento	1.992	0	0	0	498
Devolução Spcine	554	101	42	8	176
Combustível	346	132	0	39	129
Outros	48	311	19	79	114
Telefone/Internet	354	0	0	0	88
Material de Escritório	218	0	65	20	76
Brinde/material promocional	0	100	0	0	25
Correios	38	6	0	0	11
Seguros	27	0	0	0	7
Maquiagem/Drogaria	14	2	0	0	4

FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA. VALORES EM REAIS DE 2019.

Como é possível verificar (Tabela 8), os principais dispêndios para os eventos da Spcine são com pessoas e serviços de ‘atividades culturais’ (correspondendo a R\$ 3,4 milhões, 48%), seguido de pessoas e serviços gerais (17%), espaços (6%), objetos/equipamentos (5,7%), direitos autorais (4,2%), tarifas bancárias (3%), passagens aéreas (2,7%) e prêmio/troféu (2,1%). Sendo estes cinco primeiros, observando a média anual (Tabela 9), dispêndios que somados representam 80% do total, o que os coloca em posição de destaque entre as principais atividades econômicas estimuladas pelos eventos do audiovisual.

Se agregarmos as rubricas que envolvem o mercado de transportes - Correios, Combustível, Passagens aéreas e terrestres, Transporte - temos um dispêndio total de 283 mil (4%), ultrapassando gastos com despesas bancárias, troféus, agenciamento e gráfica.

Foram despendidos, em média, R\$ 854 mil por ano para atividades culturais, e R\$ 302 mil para outras atividades (Tabela 8) - que não se encaixam como artístico-

culturais. Assim pode-se averiguar que, somadas, as duas atividades supracitadas correspondem a 64,7% da execução financeira de um evento, o que significa dizer que a cada R\$ 10 investidos, R\$ 6,47 são direcionados a pagamento de pessoal.

Apesar de numericamente 2016 apresentar mais despesas com pessoas e serviços de atividades culturais (acima da média de R\$ 854 mil: 945.309) foi em 2018 que se teve as maiores despesas em termos relativos: 58,5% (Tabela 10).

TABELA 10 - Relação percentual de valores anuais para atividades culturais (em R\$ de 2019)

Eventos	2016	2017	2018	2019	Soma 2016-19
Atividades culturais	945.309	723.811	588.575	1.154.454	3.412.150
Total de cada ano	2.582.113	1.557.069	1.005.638	2.018.792	7.163.612
% em relação ao total	36,61%	46,49%	58,53%	57,19%	47,63%

Nos anos de 2016 e 2017, vê-se que menos de 50% foi direcionado para serviços e atividades propriamente culturais. Já nos anos 2018 e 2019 este percentual esteve acima da média do período (47%).

Assim, observa-se a peculiaridade econômica e as necessidades da categoria eventos: pagamento a pessoal, gastos com espaços para realização do evento (locação, cenografia, decoração, etc), passagens aéreas para, principalmente, convidados e palestrantes e, por fim, gastos com premiações. O que significa dizer que estes são segmentos transversais ao setor audiovisual, e se beneficiam diretamente pelos serviços prestados, ou seja, são impactados positivamente com o estímulo aos projetos.

7.3 EDITAIS

A seguir serão apresentados os resultados referentes aos dados dos projetos de editais que foram analisados.

TABELA 11 – Editais: Dispêndios totais e média anual (em R\$ 2019)

	2016	2017	2018	2019	Total	Média Anual
--	------	------	------	------	-------	-------------

Total	5.598.023	46.980	724.321	401.081	6.770.404	1.692.601
Atividades culturais	3.833.083	23.198	565.397	189.309	4.610.987	1.152.747
Outras atividades	382.521	0	17.219	61.214	460.955	115.239
Objetos/Equipamentos	279.589	0	58.085	0	337.674	84.418
Mídias físicas	96.450	18.377	0	72.298	187.126	46.781
Transporte	156.380	0	13.001	13.413	182.795	45.699
Espaços	151.313	0	4.258	0	155.570	38.893
Alimentação/Refeição	136.720	0	15.911	351	152.981	38.245
Taxa de Gerenciamento	143.127	0	6.270	0	149.397	37.349
Mídias digitais/divulgação	106.194	5.405	9.179	25.919	146.697	36.674
Gráfica	45.397	0	53	11.875	57.325	14.331
Tarifas/Taxas	44.388	0	7.861	1.652	53.902	13.475
Direitos Autorais	44.064	0	6.181	0	50.245	12.561
Impostos gerais	44.182	0	2.814	1.242	48.238	12.060
Passagens aéreas	40.537	0	5.588	515	46.640	11.660
Caixa de produção	14.217	0	10.260	0	24.476	6.119
Devolução Spcine	5.354	0	185	17.931	23.470	5.868
Combustível	15.280	0	0	0	15.280	3.820
Hospedagem	11.688	0	0	510	12.198	3.050
Passagens terrestres	5.585	0	0	4.281	9.867	2.467
Elaboração/ Agenciamento	9.265	0	0	0	9.265	2.316
Telefone/Internet	7.912	0	780	0	8.692	2.173
Brinde/material promocional	6.347	0	0	0	6.347	1.587
Seguros	5.475	0	559	0	6.034	1.509
Figurinos/Roupas	5.562	0	146	0	5.708	1.427
Material de Escritório	3.084	0	566	0	3.649	912
Correios	2.337	0	0	568	2.905	726
Maquiagem/Drogaria	1.972	0	10	0	1.982	495

TABELA 12 – Editais: Dispêndio médio por quantidade de projetos (em R\$ 2019)

	2016	2017	2018	2019	Média por total de projetos
Total	79.972	15.660	80.480	200.540	80.600
Atividades culturais	54.758	7.733	62.822	94.655	54.893
Outras atividades	5.465	0	1.913	30.607	5.488
Objetos/Equipamentos	3.994	0	6.454	0	4.020
Mídias físicas	1.378	6.126	0	36.149	2.228
Transporte	2.234	0	1.445	6.707	2.176
Espaços	2.162	0	473	0	1.852
Alimentação/Refeição/coquetel	1.953	0	1.768	175	1.821
Taxa de Gerenciamento	2.045	0	697	0	1.779
Mídias digitais/divulgação	1.517	1.802	1.020	12.959	1.746
Gráfica	649	0	6	5.938	682
Tarifas/Taxas	634	0	873	826	642
Direitos Autorais	629	0	687	0	598
Impostos gerais	631	0	313	621	574
Passagens aéreas	579	0	621	258	555
Caixa de produção	203	0	1.140	0	291
Devolução Spcine	76	0	21	8.966	279
Combustível	218	0	0	0	182
Hospedagem	167	0	0	255	145
Passagens estaduais terrestres	80	0	0	2.141	117
Elaboração/ Agenciamento	132	0	0	0	110
Telefone/Internet	113	0	87	0	103
Brinde/material promocional	91	0	0	0	76
Seguros	78	0	62	0	72
Figurinos/Roupas	79	0	16	0	68
Material de Escritório	44	0	63	0	43
Correios	33	0	0	284	35
Maquiagem/Drogaria	28	0	1	0	24

Para os principais dispêndios das obras de editais, destacam-se as atividades culturais (68%), outras atividades (6,8%), objetos/equipamentos (5%), mídias digitais/divulgação (2,8%), transporte (2,7%), espaços (2,3%) e alimentação (2,2%).

Observa-se nas Tabelas 11 e 12, que as cinco maiores médias dos dispêndios somadas representam 85% do total, ou seja, há grande concentração de despesas nelas. Percebe-se também que a composição dos valores de editais menos homogênea, haja vista a diferença entre a primeira e segunda rubrica: proporção de 10 vezes maior.

Outro ponto a elencar é sobre agregar todas as rubricas relacionadas a transportes - Correios, Combustível, Passagens aéreas e terrestres, Transporte geral - em que apenas “Transportes” (geral) já está em quinta colocação com R\$ 182.795 mil. Porém, somando outras rubricas que fazem parte do mesmo setor econômico, sobe para 3,8%. Torna-se compreensível esta rubrica estar mais acima visto que, para produção de obras cinematográficas, utiliza-se espaços diversos (não apenas um como em eventos) necessitando de mais deslocamento e transportes de objetos.

Portanto, as tabelas 11 e 12 demonstram a peculiaridade do segmento de obras cinematográficas: maiores demandas de profissionais técnicos e especializados (atores, roteirista, fotógrafo, cinegrafista, técnico de câmera, contrarregra, etc.) bem como outros recursos humanos; maior demanda de objetos e equipamentos para gravações; demandas por espaços diversos bem como estúdios, casas, praças, avenidas, teatros; transportes; e maior consumo de mídias digitais (marketing/divulgação) e mídias físicas (DVDs, CDs, cópias físicas, *pendrives*, DCP).

Foram despendidos, em média, R\$ 1,15 milhões por ano para atividades culturais, e mais de R\$ 115 mil para outras atividades - que não se encaixam como artístico-culturais. Assim pode-se averiguar que, somadas, as duas atividades econômicas supracitadas correspondem a 74,8% da execução financeira de um evento, o que significa dizer que a cada R\$ 10 investidos, R\$ 7,48 são direcionados a pagamento de pessoal - sendo R\$ 6,80 especificamente para profissionais diretos do audiovisual.

**TABELA 13 - Relação percentual de valores anuais para atividades culturais
(em R\$ de 2019)**

Editais	2016	2017	2018	2019	Total anual geral
Atividades culturais	3.833.083	23.198	565.397	189.309	4.610.987
Total de cada ano	5.598.023	46.980	724.321	401.081	6.770.404
% em relação ao total	68,5%	49,4%	78,1%	47,2%	68,1%

Observando a relação percentual de dispêndios para pagamentos a atividades culturais, vê-se que apesar de numericamente o ano 2016 apresentar mais despesas com pessoas e serviços de atividades culturais (acima da média de 1,15 milhões) em 2018 se obteve as maiores despesas nessa rubrica: 78%. Nos anos de 2017 e 2019, menos de 50% foi para serviços e atividades propriamente do setor e esteve acima da média (68%) nos anos 2016 e 2018.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os programas da Spcine buscam alcançar a efetividade de seu objeto social, por meio de atividades definidas no Art. 2º da Lei 15.929 (como apresentado na seção 4). Através da análise da prestação de contas dos projetos de eventos e editais, é possível observar os investimentos realizados pela Spcine no audiovisual paulistano são bastante relevantes, sendo a maior parte dos gastos das proponentes contempladas (68% dos dispêndios de editais e 47% de eventos) direcionada para remuneração de trabalhadores diretamente relacionados ao setor audiovisual.

Assim, vê-se neste estudo a importância dos investimentos para o setor audiovisual e sua cadeia produtiva. O mercado cultural, apesar de receber menos de 1% do orçamento municipal (Tabela 1), é um setor que gera empregos, renda, circulação de capital e mercadoria, porém, é altamente dependente dos investimentos. Nota-se, portanto, a necessidade da ampliação de políticas culturais de estímulo ao desenvolvimento do setor no município.

A fim de vislumbrar futuras continuidades com base nos dados apresentados neste estudo, aponto aqui demais questões em que se pode aprimorar nas pesquisas referentes à Spcine, à economia da cultura de São Paulo, e em especial ao audiovisual.

A primeira questão é a continuidade da análise temporal. Como muitos projetos pós 2019 devem estar agora em fase de aprovação, seria muito interessante inseri-los numa linha histórica e abarcar o contexto pandêmico que se iniciou em março de 2020 por conta da Covid-19. Possivelmente esses dados refletirão as medidas de distanciamento e quarentena utilizadas para proteção da saúde da sociedade em que houve a paralisação de eventos presenciais, de filmagens e de outros serviços presenciais. Mas, por outro lado, os dados haveriam de refletir uma crescente demanda por cultura de forma online e ao vivo (via plataformas para *lives* e *streaming*). A utilização de uma série histórica para análise de dados dentro da Spcine é crucial para criação de indicadores, taxas, avaliações e implementação de novas políticas públicas na cidade.

A segunda questão é na verdade um passo anterior à primeira, seria ideal haver melhorias ao exigir e receber as documentações de prestação de contas, bem como capacitações aos proponentes, a fim de entregarem documentos mais claros, organizados e transparentes. Muitos projetos foram considerados como “não analisáveis” por não terem o formato de documento editável, por faltar informações importantes ou por não ir de encontro com os dados nas checagens finais. Com os dados organizados se faz uma análise robusta, completa e rigorosa de modo a colaborar com relevantes avaliações.¹⁶ Sugiro assim, algumas ações com o objetivo de minimizar dificuldades de análise e evitar/reconhecer possíveis incongruências:

- padronização de documentos (não aceitar documentos fora do padrão exigido);
- exigência de dois formatos (Excel e pdf) para orçamento realizado e relação de pagamentos - caso todas as prestações de contas estivessem com o orçamento realizado em Excel, seria o ideal para análise;
- regras e modelos na portaria mais objetivos e intuitivos;
- avaliação e parecer final da área técnica e financeira com nota (e inserção de parâmetros para tal nota) da prestação entregue;
- formação para as empresas que irão prestar contas ou envio de manual básico;
- nova portaria que vá de encontro com normas para contextos extemporâneos, emergenciais e pandêmicos.

A terceira questão diz respeito a outros pontos analisáveis, os quais, por ser uma monografia de conclusão de curso, levaria mais tempo de análise. São eles: analisar a quantidade de notas fiscais paulistanas em relação àquelas de outros municípios; analisar a quantidade de tributos incidentes nelas e os diversos tipos de tributos; e utilizar uma matriz de insumo produto para quantificar os impactos em renda e emprego na cidade de São Paulo.

¹⁶ É válido ressaltar que a Spcine está trabalhando para lançar brevemente a nova portaria de prestação de contas a qual creio que suprirá grandes percalços.

Além disso, apesar desta pesquisa identificar características da destinação dos recursos aportados para o setor audiovisual paulistano via Spcine, podem ser levantadas também outras questões para pesquisas futuras em âmbito acadêmico em busca de maior entendimento da dinâmica econômica deste mercado, tais como a influência: do preço do dólar e da inflação na compra de insumos (como equipamentos eletrônicos e serviços não culturais); das transformações nos meios de circulação como as plataformas de *streaming*; da queda de incentivos via recursos públicos e; da participação de investimentos privados para a produção cinematográfica - entre outras questões.

Por fim, o objetivo deste trabalho é alcançado na medida em que se pode elencar questões como orçamento, agenda, formulação e avaliação políticas-públicas para a Cultura; condições de trabalho intrínsecas ao trabalhador da cultura e as especificidades deste setor; trazer informações relevantes e dados inéditos sobre a Spcine - a qual possui a missão de gerir a política do audiovisual paulistano; e, o objetivo principal, poder inferir sobre os dados o impacto econômico positivo do audiovisual (e da Cultura como um todo) na capital de São Paulo.

9. REFERÊNCIAS

ANCINE. ESTUDO - Valor Adicionado Pelo Setor Audiovisual. Ano-base 2018, p.16.

AVOGADRO, Enrique. Quanto vale a cultura? O papel dos indicadores e das estatísticas nas políticas públicas para a economia da cultura. Observatório Itaú Cultural, Revista Observatório Itaú Cultural, n. 23, jan./mar. 2017. P. 46-52.

BRASIL. Desenvolvimento do Programa Nacional de Economia da Cultura R Final - Ministério Da Cultura, 2016.

_____. O Plano Nacional de Cultura é prorrogado por mais dois anos. In: Casa Civil, Notícias. Secretaria-Geral da Presidência da República. BRASIL, 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/casacivil/pt-br/assuntos/noticias/2020/dezembro/plano-nacional-de-cultura-e-prorrogado-por-mais-dois-anos>. Acesso em: 28 jan. 2022.

_____. Câmara dos Deputados. Debatedores pedem leis e garantia de recursos para a preservação do patrimônio nacional. Notícia. In: Agência Câmara de Notícias. BRASIL, 2021. Disponível em <https://www.camara.leg.br/noticias/747661-debatedores-pedem-leis-e-garantia-de-recursos-para-a-preservacao-do-patrimonio-nacional/>. Acesso em 15 jan. 2022.

CUCIO, Bruno Gonçalves Simões. O CIRCUITO SPCINE (2016-2018): Uma análise da política cultural nas salas de exibição audiovisual da rede pública. Dissertação de Mestrado, UNESP, São Paulo, 2020.

DOS SANTOS CARVALHO, Noel. Inovação e política pública para o audiovisual na cidade de São Paulo, Spcine. Entrevista com Alfredo Manevy. Revista GEMInIS, v. 8, n. 3, p. 98-112, 2017.

FGV. FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS - Projetos. Análise dos Impactos Econômicos e Sociais do Programa de Incentivo à Cultura do Estado de São Paulo – ProAC-SP, 2018.

HOWLETT, Michael; RAMESH, M; PERL, Anthony. Política Pública: seus ciclos e subsistemas: uma abordagem integral. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

JANNUZZI, Paulo de Martino. Avaliação de Programas: definição, tipologias e etapas para sua elaboração. In: JANNUZZI, Paulo de Martino. Monitoramento e avaliação de programas sociais: uma introdução aos conceitos e técnicas. Campinas, SP: Editora Alínea, 2016.

LEITE, Ana Flávia Cabral Souza. Políticas públicas para cultura: concepção, monitoramento e avaliação. Dissertação (Mestrado em Estudos Culturais). Universidade de São Paulo. 2015.

MASSAROLO, João; MESQUITA, Dario; MARLET, Ramon. Centros de mídia e inovação: Um estudo sobre o mercado audiovisual brasileiro contemporâneo, 2015.

REY, Diana Marcela. O desafio de visibilizar os efeitos econômicos da cultura: as contas-satélites de cultura. *In: Revista Observatório Itaú Cultural* - N. 23 São Paulo (dez. 2017/maio 2018). P.192-201.

SANTOS, Sérgio Ribeiro de Aguiar. Políticas públicas de cinema: o impacto do fundo setorial do audiovisual na cadeia produtiva do cinema brasileiro. 2017. 356 f. 2017. Tese de Doutorado. Tese (Doutorado)-Programa de Pós-graduação em Comunicação, Universidade de Brasília, Brasília.

SÃO PAULO (Município). Lei n. ° 15.929, de 20 de dezembro de 2013. Autoriza a constituição da Empresa de Cinema e Audiovisual de São Paulo. Diário Oficial do Estado de São Paulo: Caderno: Diário Oficial Cidade de São Paulo, p.1, 21 dez. 2013.

SILVA, Laura Angélica Moreira; BURGOS, Fernando; DE MEDEIROS, Anny Karine. Orçamento público municipal da cultura: função, subfunção ou sem-função? Cadernos Gestão Pública e Cidadania, v. 23, n. 76, 2018.

SPCINE. Estatuto social da Spcine. São Paulo, 2013. Disponível em: <http://spcine.com.br/wp-content/uploads/05-ESTATUTO-SOCIAL-SPCINE.pdf>. Acesso em: 17 nov. 2021.

_____. Programa, Ações, Resultados. Livro institucional, 2017.

_____. Competências e atribuições definidas por lei, 2021. São Paulo, 2021. Disponível em: <http://spcine.com.br/competencias-e-atribuicoes/>. Acesso em: 17 nov. 2021.

_____. Página inicial. São Paulo, 2021. Disponível em: <http://spcine.com.br>. Acesso em: 17 nov. 2021.

_____. Programas: Film Commission. São Paulo, 2022. Disponível em: <http://spcine.com.br/spfilmcommission/>. Acesso em: 24 jan. 2022.

PRADO, Tatiana Gentil do. Precarização do trabalho no setor cultural – SP. São Paulo - Trabalho de conclusão do curso de especialização em Gestão de Projetos Culturais e Organização de Eventos. Universidade de São Paulo – Escola de Comunicação e Artes – Centro de estudo latino americanos sobre cultura e comunicação. Abril, 2017.

TOMBINI, Sofia Todd. Políticas culturais na cadeia produtiva audiovisual: um estudo de caso da Empresa de Cinema e Audiovisual de São Paulo (Spcine). 2019.

TRAVERSO, Diego. Estudo de caso: Uruguai. Observatório Itaú Cultural, Revista Observatório Itaú Cultural, n. 23, jan/mar. 2017. P. 120-126.

VALIATI, Leandro. Economia da cultura e indústrias criativas: Modos de usar e medir (um exercício taxonômico na lógica da mensuração). Observatório Itaú Cultural, Revista Observatório Itaú Cultural, n. 23, jan/mar. 2017. P. 19-27.

_____. Entenda o que é Economia da Cultura, tema de livro lançado nesta sexta-feira. GZH Livros, nov. 2017. Entrevista Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/cultura-e-lazer/livros/noticia/2017/11/entenda-o-que-e-economia-da-cultura-tema-de-livro-lancado-nesta-sexta-feira-cj9tuehpj00ih01msm38rj2ir.html> acesso em novembro de 2021

10. ANEXOS

ANEXO I - Autorização para utilização de dados

ANEXO II - Modelo de relatório de acompanhamento

ANEXO III - Modelo de carta de apresentação de prestação de contas

ANEXO IV - Modelo de relação de pagamentos



AUTORIZAÇÃO

A Empresa de Cinema e Audiovisual de São Paulo (Spcine), CNPJ 21.278.214/0001-02, autoriza a aluna Ana Alini Lins RG 43152608-4, N° USP: 9275070, a utilizar os dados de prestações contas para fins totalmente acadêmicos. A aluna se compromete com a total segurança e proteção destes dados.

São Paulo, 26 de fevereiro de 2021

Luiz Francisco Vasco de Toledo
Diretor Executivo



2 páginas - Dados e horários baseados em Brasília, Brasil
Sincronizado com o NTP.br e Observatório Nacional (ON)
Certificado de assinaturas gerado em 26 de fevereiro de 2021,
15:42:01



Autorização Alini.pdf

Código do documento 88ea0d1b-44a5-4658-bb2e-2ef1ad4ed484



Assinaturas



Luiz Francisco Vasco de Toledo
luiz.toledo@spcine.com.br
Assinou

Eventos do documento

26 Feb 2021, 15:36:04

Documento número 88ea0d1b-44a5-4658-bb2e-2ef1ad4ed484 **criado** por MARIA LUIZA DE REZENDE E CARVALHO ANDRADE (Conta 32969bf1-ba9d-4b6d-8439-23c323a945c9). Email :malu.andrade@spcine.com.br. - DATE_ATOM: 2021-02-26T15:36:04-03:00

26 Feb 2021, 15:37:00

Lista de assinatura **iniciada** por MARIA LUIZA DE REZENDE E CARVALHO ANDRADE (Conta 32969bf1-ba9d-4b6d-8439-23c323a945c9). Email: malu.andrade@spcine.com.br. - DATE_ATOM: 2021-02-26T15:37:00-03:00

26 Feb 2021, 15:39:13

LUIZ FRANCISCO VASCO DE TOLEDO **Assinou** (Conta e1bb4c35-0110-496f-b0ce-d8c6706bea83) - Email: luiz.toledo@spcine.com.br - IP: 189.62.44.131 (bd3e2c83.virtua.com.br porta: 18266) - Documento de identificação informado: 289.559.468-64 - DATE_ATOM: 2021-02-26T15:39:13-03:00

Hash do documento original

(SHA256):03b2ce7d03bf817241d83dc904c539ba5fa67d4d4c48c7db4b81498463f967a
(SHA512):4da3889d5b515cf4e29f760001aabd27c508775adc432a2646d0df8082f0d4b85021c4434aedc15d138a4fc786dcd2e4cfcc203a442f27f3c8bd35da944a6150

Esse log pertence **única e exclusivamente** aos documentos de HASH acima

Esse documento está assinado e certificado pela D4Sign

Spine

**RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO – ANEXO I
PORTARIA Nº 01/2015, DE 30 DE JUNHO DE 2015**

NOME DO PROJETO:	Nº DO CONTRATO :
-------------------------	-------------------------

Este relatório deve ser enviado obrigatoriamente até o dia 10 (dez) de Julho e 10 (dez) de Janeiro do ano corrente. A empresa proponente deverá relatar em qual etapa de execução encontra-se o projeto na presente data, justificar eventuais atrasos no cronograma de execução e anexar o extrato bancário da conta vinculada ao projeto.

LOCAL E DATA:

ASSINATURA DO PROPONENTE /RESPONSÁVEL.




Spine

CARTA DE APRESENTAÇÃO PRESTAÇÃO DE CONTAS

ANEXO II

PORTARIA Nº 01/2015, DE 30 DE JUNHO DE 2015.

NOME DO PROJETO:	Nº DO CONTRATO :
------------------	------------------

PERÍODO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS DE <u> </u> / <u> </u> / <u> </u> A <u> </u> / <u> </u> / <u> </u>	TIPO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS (☐) Parcial (☐) Final
--	--

BREVE RELATÓRIO DO CUMPRIMENTO DO PROJETO

Esta carta deverá **abordar** os seguintes temas:

- Cumprimento da execução do projeto conforme contrato;
- Justificativa de cumprimento da execução do projeto diferente do firmado em contrato;
- Caso haja redimensionamento orçamentário entendido como alteração no valor total do orçamento do projeto, igual ou inferior a 10% (dez por cento) deverá ser apresentada a planilha orçamentária executada;
- Caso haja remanejamento de gastos entre grandes itens/etapas deverá ser apresentada a planilha orçamentária executada.

 LOCAL E DATA:

 ASSINATURA DO PROPONENTE /RESPONSÁVEL



RELACÃO DE PAGAMENTOS PRODUÇÃO - SPCINE
PORTARIA Nº 01/2015 DE 30 DE JUNHO DE 2015



NOME DO PROJETO:							ANEXO III		
NOME DA PROPONENTE:									
Nº DO CONTRATO:									
VALOR RECEBIDO: R\$									
VALOR DE RENDIMENTOS: R\$									
RUBRICA	NOME DO PRESTADOR DE SERVIÇOS	CNPJ / CPF	NÚMERO DA NOTA	Nº CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO	DATA DE EMISSÃO	MUNICÍPIO	ESTADO	VALOR EXECUTADO	
DESENVOLVIMENTO DE PROJETO									
							TOTAL	R\$ 0,00	
PRÉ-PRODUÇÃO									
							TOTAL	R\$ 0,00	
PRODUÇÃO E FILMAGEM									
							TOTAL	R\$ 0,00	
POS-PRODUÇÃO									
							TOTAL	R\$ 0,00	
DESPESAS ADMINISTRATIVAS									
							TOTAL	R\$ 0,00	
TRIBUTOS E TAXAS									
							TOTAL	R\$ 0,00	
TOTAL							TOTAL	R\$ 0,00	
LOCAL E DATA							ASSINATURA DO PROPONENTE/RESPONSÁVEL		
de de 20.....							assinatura		
							Nome do Proponente Responsável		


JURIDICO
SPCINE